

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**

**Período de Análise: novembro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto É Dinheiro Rural

## Índice

Juiz no RS avalia como 'deboche' ação do Incra – Roldão Arruda– Estado de São Paulo – Nacional – 01/11/2009 .....	4
O passivo ambiental – Folha de São Paulo – Opinião – 01/11/2009 .....	5
MST corta madeira, vende e dinheiro some - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 03/11/2009 .....	6
Uma tentativa de intimidar a luta pela democratização da terra – Sítio Eletrônico do MST – 03/11/2009.....	9
PF e MP investigam denúncia contra entidade ligada ao MST – Wagner Gomes - O globo – Nacional – 04/11/2009 .....	10
MST denuncia terras griladas e milícias armadas no Pará – Sítio Eletrônico do MST – 04/11/2009 .....	11
MST depreda fazenda de Dantas - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 05/11/2009.....	12
MST é acusado de depredar propriedade de Dantas no PA – Rodrigues Vizeu – Folha de São Paulo – Brasil – 04/11/2009 .....	13
Violência no campo não é culpa do MST, diz Suplicy – Sítio Eletrônico do MST – 05/11/2009.....	14
Polícia do PA vê indício de ação do MST em destruição de fazendas – Roberto Madureira – Folha de São Paulo – Brasil – 06/11/2009.....	14
ONU cobra do Brasil meta clara de corte de gases-estufa – Roberto Dias – Folha de São Paulo – Ciência – 06/11/2009.....	15
UE propõe esticar negociação até 2010 e irrita países pobres – Folha de São Paulo - Ciência – 06/11/2009.....	16
Governo deve esperar, diz indústria – Folha de São Paulo – Ciência – 06/11/2009.....	17
O MST assalta o MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 07/11/2009 ....	18
Além de Copenhague – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 08/11/2009 .....	19
OEA condena Brasil por morte de sem-terra - Dimitri do Valle - Folha de São Paulo – Brasil – 10/11/2009 .....	20
Agropecuária acusa MST de nova depredação – Folha de São Paulo – Brasil – 10/11/2009.....	21
ONG da indústria "faz hora" com o clima – Kate Willson – Folha de São Paulo – Ciência – 10/11/2009.....	21
Obama cobra "boa fé" para ir a Copenhague – Folha de São Paulo – Ciência – 10/11/2009.....	23
Invasões de sem-terra em SP sobem 88%, ante queda de 45% no País - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 12/11/2009.....	23

CPI do MST precisa investigar onda de invasões, diz deputado - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 13/11/2009.....	24
Justiça do Pará decreta prisão de líderes do MST – Folha de São Paulo – Brasil – 13/11/2009.....	26
Lula atende a ruralistas e adia o prazo para recuperar matas – Eduardo Scolese - Folha de São Paulo – Brasil – 13/11/2009 .....	26
Por "agricultura familiar", Contag ameaça denunciar governo à ONU – Folha de São Paulo – Brasil – 13/11/2009 .....	27
CPI do MST pode nem sair do papel - Eugênia Lopes – Estado de São Paulo – Nacional – 14/11/2009.....	28
Estratégias cada vez mais agressivas para a compra de terras - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 16/11/2009 .....	29
Os Assentamentos – Sítio Eletrônico do MST – 17/11/2009.....	30
Reparo em dado do IBGE não esconde concentração de terras – Sítio eletrônico do MST – 18/11/2009.....	32
Golpe contra camponeses – Sítio eletrônico do MST – 23/11/2009.....	37
Sintonia entre capital e Estado mantém a violência no campo – Sítio Eletrônico do MST – 23/11/2009.....	42
MST exige novos índices de produtividade - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 26/11/2009 .....	47
Ministro garante Política Ambiental diferenciada para Agricultura Familiar – Sítio Eletrônico da Fetraf – 25/11/2009 .....	48
MST cobra ação do Palácio do Planalto contra CPI - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 26/11/2009 .....	50
Investimento estrangeiro ajuda a elevar preços das terras agrícolas - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 26/11/2009.....	51
Justiça ignora Lula e pune desmatadores – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2009.....	53
Proprietários não registram reserva legal - Marta Salomon - Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2009.....	54

**Juiz no RS avalia como ‘deboche’ ação do Incra – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 01/11/2009**

Belmiro Krieger ficou indignado com vistorias de terras feitas pela instituição DESAPROPRIAÇÃO – Sem-terra deixam fazenda da família Antoniazzi

Ao julgar uma ação de desapropriação de terras, para fins da reforma agrária, no Rio Grande do Sul, o juiz federal Belmiro Krieger, de Santana do Livramento, ficou espantado com a forma como são conduzidas as vistorias de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em sua sentença sobre o caso, o juiz chegou a classificar o procedimento da autarquia federal como “um deboche à moralidade administrativa e um descalabro no trato da coisa pública”.

Ação que provocou a indignação do juiz deu entrada na Justiça em junho. O Incra pedia a desapropriação de uma área de 7 mil hectares, formada por quatro fazendas, da família Antoniazzi, no município de São Gabriel.

Foram anexados ao pedido laudos agrônomicos, elaborados em 2008 por especialistas do Incra, segundo os quais “os imóveis rurais em consideração revelam-se extremamente viáveis para a implantação de um assentamento rural, considerando seus potenciais agropecuários”.

Para essas terras, os técnicos do Incra propunham pagar R\$ 39,8 milhões, ou R\$ 5,6 mil por hectare.

Por se tratar de um valor alto para os cofres públicos, o juiz federal solicitou uma segunda perícia a fim de apurar o valor de mercado das terras. Os advogados do Incra protestaram, mas ele não recuou.

E foi aí que o caso teve uma reviravolta: o Incra desistiu da ação. Motivo? Os imóveis em questão eram completamente inadequados para a reforma agrária. De acordo com um novo relatório entregue ao juiz, as terras ali eram rochosas e com solos superficiais.

Krieger aceitou o pedido de desistência e mandou devolver os R\$ 39,8 milhões aos cofres públicos. No texto da sentença, porém, fez questão de manifestar sua estranheza quanto às conclusões totalmente opostas dos dois relatórios, salientando que o último deles foi preparado às pressas, em três dias, após o pedido da nova perícia.

Para o juiz, os fatos levam à “inexorável conclusão que a informação agrônoma constante nos laudos de 2008 é nominalmente grosseiramente errada, podendo até mesmo ser falsa, desenvolvida para fraudar os cofres públicos, seja para enriquecimento ilícito de servidores inescrupulosos ou outros fins escusos, como suprimento de fundos para custeio de campanhas políticas”.

Ele também destaca que, segundo a perícia que encomendou, os preços de mercado das terras são bem mais baixos do que os apontados pelo Incra.

Em São Gabriel, paga-se R\$ 5,3 mil por hectare de terra de qualidade muito boa. Terras ruins não valem mais que R\$ 3 mil.

#### APURAÇÃO

Procurador pelo Estado, o superintendente do Incra no Rio Grande do Sul, Mozar Dietrich, disse que já está sendo apurado se houve erro, má-fé, imprudência, imperícia ou negligência dos agrônomos que prepararam os laudos. Os responsáveis podem sofrer punições.

Dietrich defendeu, no entanto, a planilha de preços elaborada pelo Incra. Observou que foi preparada em abril de 2008, quando havia muita procura de terras na região por indústrias de celulose para o plantio de eucaliptos.

A perícia de Krieger, notou o superintendente, ocorreu em 2009, quando a crise financeira mundial freou os negócios de celulose.

O superintendente do Incra enfatizou que a decisão de desistir do negócio foi da instituição e lamentou que o juiz tenha usado o fato para atacar o Incra.

“Ele exagerou nos termos que usou. Também não procede a acusação de que desistimos por causa do pedido de perícia.”

Na versão do Incra, a desistência foi por causa de um técnico do Ministério do Desenvolvimento Agrário, destacado para assessorar a implantação do assentamento.

Foi ele quem alertou para os problemas da terra e assinou o segundo relatório enviado ao juiz.

O imbróglio tem outros dois pontos importantes. Segundo o Incra, depois do alertado técnico do ministério, descobriu nos arquivos da autarquia um terceiro relatório, de 2001, que já dizia que as terras eram totalmente impróprias.

Nototal, portanto, foram três relatórios.

O outro fato ocorreu em setembro, quando integrantes do Movimento dos Sem-Terra invadiram as fazendas, exigindo sua destinação para a reforma agrária. Só saíram depois que o Incra disse que já havia desistido da área, definitivamente. ●

## **O passivo ambiental – Folha de São Paulo – Opinião – 01/11/2009**

Aproxima-se a data para regularizar propriedades rurais, e o governo Lula já cogita novo adiamento na cobrança das regras

TORNOU-SE já consensual o objetivo de não repetir com as imensas florestas na metade do país que chamamos de Amazônia a experiência trágica da mata atlântica, reduzida a menos de 8% da área original. No entanto, não se encontrou ainda a fórmula capaz de conciliar preservação com a agricultura e a pecuária. Em 2008, o agronegócio sustentou 36% das exportações brasileiras. Não se pode abrir mão desse resultado, nem pode ele servir de pretexto para que tratores e patas do gado arrasem as matas que a lei manda preservar. Dá-se como certo que o Planalto adiará mais uma vez a aplicação de multas diárias de R\$ 50 a R\$ 500 por hectare para aqueles proprietários que não averbarem (fizerem anotar em escritura) suas áreas de reserva legal. A data-limite é 11 de dezembro. Reservas legais são terrenos em que é obrigatório manter a cobertura vegetal nativa. Estão previstas no Código Florestal desde 1965, para que a preservação das matas do país não ocorra só em terras públicas ou unidades de conservação. A parcela da propriedade reservada varia: 80% em áreas com florestas na Amazônia Legal, 35% naquelas com cerrado na mesma região e 20% no restante. Não são intocáveis: o dono pode manejá-las, por exemplo, extraindo alguma madeira e frutos. Para muitos proprietários, sobretudo na Amazônia, averbar a reserva legal significa reconhecer um grande passivo ambiental. O Código Florestal em vigor (lei nº 4.771, alterada por medida provisória em 2001) faculta-lhes três opções, ou uma mescla delas, para recompor a vegetação indevidamente derrubada: replantio de espécies nativas em um décimo da área a cada três anos; regeneração natural; compensação por meio de compra de área equivalente na mesma microbacia fluvial. Apesar da flexibilidade, alguns donos de terras resistem à averbação. Preferem centrar

fogo no improvável afrouxamento do código. Há quem proponha no Congresso, por exemplo, retroceder a reserva legal na Amazônia aos 50% que vigoravam antes de 2001. A reação da opinião pública -nacional e internacional- seria avassaladora se a proposta vingasse. A averbação se tornou obrigatória em julho de 2008 e deveria vigorar em dezembro daquele ano. Foi adiada para o final de 2009. Acredita-se que será novamente adiada, talvez para junho de 2010 (embora pareça duvidoso que Lula vá hostilizar a base ruralista em ano eleitoral). Dessa bancada no Congresso e até do Ministério da Agricultura surgem agora propostas para livrar da recomposição produtores que tenham desmatado sem amparo legal. É inaceitável. Muitos o fizeram justamente na expectativa de que a regra seria abrandada. Chegou o momento de estancar de vez essa torrente de risco moral, que só prejudica quem obedece a lei. Outro alvo de inconformismo são as áreas de preservação permanente (APPs). Proprietários devem manter incólumes terrenos com corpos d'água, em topos de morros e em terrenos com mais de 45 de inclinação, entre outras situações. Uma das funções das APPs é impedir a erosão. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) argumenta que, no caso dos cursos d'água, a extensão da faixa a preservar deveria ser determinada com base em critérios técnico-científicos, como a conformação geológica das barrancas, e não na largura do rio, como hoje. As normas mais específicas seriam objeto de legislações estaduais, aproximando-as das condições regionais, o que parece sensato (se não for pretexto para afrouxar as leis). Pleiteia-se ainda computar a superfície das APPs para inteirar a reserva legal. Uma expectativa razoável, aliás contemplada pelo código em algumas situações. A lei também admite que órgãos ambientais reduzam a 50% a área de reserva legal a recompor, em propriedades da Amazônia com passivo ambiental, desde que haja indicação para tanto em zoneamentos agrícolas propostos pelos Estados. O Ministério do Meio Ambiente cogita outras concessões. Uma delas seria criar "cotas" de reserva legal -o proprietário que dispusesse de mais do que o exigido poderia vender o excedente a outro. Alguns cultivos, como maçã, uva e café, seriam permitidos em encostas, consagrando áreas há muito cultivadas. A compensação poderia ocorrer fora da microbacia, se no mesmo bioma. Alguns ambientalistas, contudo, se agarram a uma legislação que parece perfeita, ou quase, mas é descumprida por toda parte. Entre um fundamentalismo e outro avança a fronteira agrícola, de forma desordenada, abrindo caminho para o Brasil reeditar um roteiro de desenvolvimento insustentável que todos gostariam de arquivar para sempre.

**MST corta madeira, vende e dinheiro some** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 03/11/2009

Uma cooperativa do Movimento Sem-Terra (MST) cortou e vendeu cerca de 400 mil metros cúbicos de pinus no Assentamento Zumbi dos Palmares, em Iaras, no sudoeste paulista.

Parte do dinheiro foi desviada. A quantidade de madeira cortada equivale à carga de 10 mil caminhões. Os recursos deveriam ter sido aplicados nos lotes. O rombo, que

pode chegar a R\$3 milhões, é investigado pelo Ministério Público Federal.

Impedido de derrubar outros 1,4 mil hectares de árvores, o MST abandonou os assentados.

A região, no centro-oeste do Estado, é a mesma que os sem-terra querem transformar num grande polo de assentamentos da reforma agrária.

A floresta de pinus pertencia ao Instituto Florestal, órgão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e foi comprada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) num processo de arrecadação de terras para fazer assentamentos.

O plano era executar o manejo da floresta de acordo com as normas ambientais e investir dinheiro na infraestrutura do lugar.

“Assim que tivemos a emissão de posse na área, em 2007, houve uma série de incêndios intencionais que estão sendo investigados pela Polícia Federal”, contou o superintendente do Incra em São Paulo, Raimundo Pires da Silva. As chamas atingiram quase mil hectares do pinheiral.

Há suspeita de que os próprios interessados teriam atado fogo para apressar o corte das pinus.

Por meio de convênio assinado em 2008, o Incra contratou a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária de Iaras e Região (Cocafi), criada pelo MST, para extrair e vender madeira. O dinheiro seria aplicado na infraestrutura do assentamento. Em poucos meses, máquinas e motosserras a serviço da cooperativa botaram abaixo mais de 300 mil árvores.

À medida que as toras foram retiradas, os sem-terra cadastrados pelo Incra iam sendo assentados sobre os restos da floresta.

A infraestrutura nos lotes não foi feita e eles procuraram o Ministério Público de Ourinhos.

O corte e a venda da madeira foram embargados.

#### ABANDONO

O assentado Antonio da Silva, de 64 anos, reclama que tiraram os pinus de metade de seu lote, de 15 hectares, mas não deram em troca. “A terra é um areião e precisa de calcário e adubo.”

Ele é um dos que acusam a cooperativa de desviar o dinheiro que seria aplicado em água, estradas e recursos para os assentados.

O agricultor Roberto Ramos aponta as toras amontoadas no lote e lamenta os desvios.

“Essa madeira poderia valer muito adubo.” Ele e a família deixaram a região de Campinas há seis meses, a convite do MST, mas nada plantaram até agora.

“Fomos colocados aqui e abandonados.”

Ouvido no inquérito que apura o desvio de madeira, o assentado Donizete Marques diz que a cooperativa e o Incra trabalhavam juntos.

Mas o dinheiro que era para ser posto aqui nunca apareceu”, reclama.

Quando ocorreu o embargo, as pilhas de madeiras não puderam ser retiradas. Por determinação do Ministério Público, fiscais do Incra se revezaram na vigilância das toras. As 16 famílias que não puderam entrar no lote montaram os barracos na beira da floresta. Como não recebem cestas básicas, sobrevivem de doações dos vizinhos e da caça.

Na sexta-feira, a assentada Antonia Iara Souza, que veio de Leme, prepara o almoço enquanto o marido é capturado pelo MST.

Ele trabalha na fazenda de laranja da Cutrale, na mesma região, invadida e depredada pelo MST. “Graças a Deus ele não estava na ocupação, por isso não foi despedido”, conta.

O Zumbi dos Palmares sediou, na quinta-feira, um encontro de lideranças do MST para denunciar a grilagem de terras públicas na região. De acordo com o coordenador nacional Gilmar Mauro, são 60 mil hectares ocupados por empresas de reflorestamento e produtoras de suco de laranja, como a Cutrale, terra que ele considerou suficiente para assentar as 4 mil famílias que estão acampadas em todo o Estado.

Desde o início da ação do MST na região, em 1995, foram assentadas 450 famílias. Nos últimos meses, a migração de sem-terra para a região aumentou e muitas famílias saíram do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste, na esperança do assentamento rápido.

#### AMEAÇAS

Assentados que denunciaram o desvio de madeira agora sofrem ameaças. Marco Tulio Mariano recebeu de um integrante do MST o recado para avisar sua mãe, Antonieta Vacca, que “fechasse a boca”, senão ia amanhecer “cheia de formiga”. Sangenes Aparecida Vieira foi ameaçada com um revólver por um dirigente. Genário da Silva Santos conta ter sido “enterrado vivo” pelo coordenador do MST de Iaras, Miguel Serpa, e seus subordinados. “Deixaram só o rosto de fora.”

A reportagem procurou Serpa em seu lote, mas familiares disseram que ele estava viajando e não tinha data para retornar.

Não informou destino nem levou celular. No inquérito da Polícia Civil de Borebi, que apura a invasão da Cutrale, Serpa é citado como líder dos invasores.

João Henrique Cruciol, outro dirigente da Cocafi negou desvios.

“Fizemos a prestação de contas ao Incra.” Disse que compete ao órgão dotar os assentamentos de infraestrutura e afirmou que só uma parte dos assentados está sem benefícios “porque não chegou a vez deles”.

Convênio foi suspenso pelo Incra Ao tomar conhecimento das denúncias de irregularidades na venda da madeira no Assentamento Zumbi dos Palmares, o superintendente do Incra em São Paulo, Raimundo Pires da Silva, disse que suspendeu o convênio com a cooperativa do MST. O contrato foi rescindido, com afastamento de dirigentes do núcleo de apoio, e houve abertura de sindicância para apurar as responsabilidades.

Assim que teve ciência da investigação do Ministério Público, o superintendente foi a Ourinhos para prestar as informações sobre o caso. “Com base nas denúncias, nomeamos uma equipe para averiguar todo o processo.” Várias irregularidades foram identificadas na entrada do dinheiro e na aplicação dos recursos. “Colocamos à frente da apuração uma equipe de Brasília para verificar se houve dolo.”

As medidas adotadas, informa, devem levar a Justiça Federal a arquivar a ação civil pública que investiga o convênio do Incra com a Cocafi. O processo aguarda manifestação do Ministério Público.

Para Silva, a prioridade é retomar os investimentos no assentamento, paralisados em razão das denúncias. O destino da madeira ainda existente no assentamento será decidido hoje, em reunião com a Procuradoria da República, em Ourinhos



## **Uma tentativa de intimidar a luta pela democratização da terra – Sítio Eletrônico do MST – 03/11/2009**

Há um mês famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocuparam a fazenda Capim com o objetivo de denunciar a utilização ilegal das terras, propriedade da união, pela multinacional exportadora de suco Cutrale. Desde então, os ataques ao movimento e a tentativa de criminalizá-lo vêm crescendo. O MST não fez nada além do que costumam fazer seus militantes na luta pela democratização da terra: ocuparam a fazenda para denunciar a grilagem feita pela empresa sucocítrica. Esse é o fato: enquanto milhares de sem terra estão acampados embaixo de lonas, a multinacional se apropria de terras, que deveriam ser destinadas à reforma agrária e a produção de alimentos.

A fazenda tem 2,7 mil hectares e os Sem Terra abriram dois hectares do laranjal para começar a produzir alimentos, mas, setores conservadores, apoiando-se na cobertura sensacionalista e distorcida da mídia, tiraram do foco o debate sobre a grilagem das terras públicas, realizada pela gigante exportadora de suco e criaram uma peça de ficção. O uso das imagens da fazenda Capim não passa de uma muleta para tais setores defenderem a concentração de terras e atacarem a possibilidade de avanços na reforma agrária. A senadora Kátia Abreu e deputado Ronaldo Caiado não tergiversaram: para eles a reforma agrária é uma bandeira antiga incapaz de responder as necessidades da agricultura brasileira. O verdadeiro debate que os defensores do agronegócio ocultam: se o agronegócio é tão eficiente e moderno, porque seus representantes temem a atualização do índice de produtividade da terra, que data da década de 70, quando uma série de avanços científicos e recursos tecnológicos inexistiam?

A verdade é que enquanto 46% das terras deste país estão nas mãos de 1% dos proprietários, a agricultura familiar, de assentados e pequenos agricultores, produz a maior parte dos alimentos consumidos no Brasil e, além disso, é a maior geradora de emprego na agricultura. O Censo Agropecuário de 2006, ao contrário das reportagens da grande imprensa, revelou que a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção e emprega 75% da mão de obra no campo, ocupando apenas um quarto da área cultivada. Caso o índice de produtividade fosse atualizado, a maior parte desses 46% de grandes propriedades tornar-se-ia improdutiva. Esse é o motivo do ódio destilado contra o MST nas últimas semanas. Com a atualização do índice de produtividade o rei ficaria nu, e o discurso dos latifundiários de que são os “produtores”, seria desmascarado.

Bandeira histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a reivindicação da atualização do índice de produtividade tem o mérito de separar o joio do trigo: os defensores do latifúndio improdutivo contra os que defendem uma agricultura que gere empregos, renda e forneça alimentos a preços acessíveis para a população. Os que se juntam para atacar o MST são os mesmos que querem reformar o código florestal e ampliar a destruição dos ecossistemas brasileiros, são os que permitiram que milhões de reais dos cofres públicos fossem transferidos para grandes proprietários rurais através de inúmeros perdões de dívidas agrícolas, são os que tem em suas hostes os responsáveis pelas inúmeras formas de violência no campo, são os mesmos que sustentaram e ainda defendem a privatização dos serviços públicos. Decididamente, eles são inimigos do MST, e seria estranho se não fossem, pois o movimento denuncia e combate diariamente as práticas espúrias desses senhores.

O que está no centro dos acontecimentos da recente instalação da CPI é uma represália à pressão que o MST fez e continua fazendo em defesa da revisão dos índices de produtividade da terra. Fica, então, evidente que a CPI criada para investigar o MST é, na verdade, mais uma tentativa de intimidar, criminalizar e calar a luta pela democratização da terra, atacando um dos seus pilares, que é a organização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, forjado em seus 25 anos de luta pela democratização da terra. Diante de tudo isso, nós apoiamos a luta do MST pela democratização da terra!

**Oswaldo Gradella, Nilson Berenchein Netto, Juliana Campregher, Juliana Roman dos Santos Oliveira, Sueli Terezinha Ferreira Martins, Lilian Magda de Macedo, Irineu Aliprando Viotto Filho, Suzana Marcolino, Angelo Antonio Abrantes - (Professores e pesquisadores da Universidade Estadual de São Paulo - Unesp)**

**PF e MP investigam denúncia contra entidade ligada ao MST – Wagner Gomes - O globo – Nacional – 04/1102009**

SÃO PAULO. O Ministério Público Federal investiga um suposto desvio de recursos de uma cooperativa ligada ao Movimento dos Sem Terra (MST) no corte e na venda de madeira do assentamento Zumbi dos Palmares, em Iaras, no interior paulista. O superintendente do Incra, Raimundo Pires da Silva, disse que a última prestação de contas da Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária de Iaras e Região (Cocafi) foi inconsistente.

O Incra abriu uma sindicância para apurar possíveis irregularidades.

O rombo, que pode chegar a R\$ 3 milhões, também está sendo investigado pela Polícia Federal. — Não posso dizer se houve desvio. Há inconsistência no quanto entrou com a venda da madeira e quanto foi gasto em infraestrutura — disse o

superintendente.

Segundo Pires, o processo de venda de madeira é legal, mas os recursos precisam ser destinados à preparação de infraestrutura no assentamento, o que não tem acontecido. Ele disse que recebeu, entre o fim de abril e o começo de maio, ofícios do MPF com denúncias de uso irregular dos recursos provenientes do corte e da venda da madeira no assentamento.

Segundo Pires, uma equipe vai apurar as possíveis irregularidades e o convênio do Incra com a Copafi, de 2007, foi imediatamente suspenso.

— O problema não foi o corte da madeira, mas a gestão do dinheiro — disse Pires.

A intenção é cobrar judicialmente da Cocafi o desvio de verba.

O presidente da cooperativa, Miguel Luz Serpa, não foi encontrado.

A Cocafi teria vendido cerca de 400 mil metros cúbicos de pinos do assentamento, que fica próximo à Cutrale, invadida e depredada por militantes do MST no fim de setembro. Pires disse que um grupo do Incra está decidindo o que fazer com as famílias assentadas no Zumbi dos Palmares que ainda têm direito à retirada da madeira.

Na semana passada, integrantes do MST fizeram no Zumbi dos Palmares uma manifestação em defesa da reforma agrária, contra a grilagem de terras públicas e a criminalização dos movimentos sociais.

#### **MST denuncia terras griladas e milícias armadas no Pará – Sítio Eletrônico do MST – 04/11/2009**

O MST do Pará iniciou uma jornada de lutas contra a lentidão do processo de Reforma Agrária, pelo assentamento das 2 mil famílias acampadas no Estado e por obras de infra-estrutura no assentamentos antigos nesta quarta-feira (4/11).

"A retomada das terras griladas está parada e os latifundiários estão utilizando milícias armadas para intimidar as famílias Sem Terra", denuncia integrante da coordenação nacional do MST, Maria Raimunda.

Mais de 300 famílias estão se concentrando na Curva do S, palco do Massacre de Eldorado dos Carajás, onde devem fazer um grande ato em denúncia contra o uso de milícias armadas pelo latifúndio e pela desapropriação de terras griladas no estado. Os Sem Terra devem permanecer até dia 13/11 no local, quando terminarem as negociações.

Também foi realizado um ato pacífico na sede da Fazenda Maria Bonita (Eldorado dos Carajás), do grupo Santa Bárbara, de propriedade do banqueiro Daniel Dantas. Essa fazenda está ocupada desde julho de 2008 por 450 famílias, que cobram a retomada da área grilada, de acordo com estudo do Iterpa (Instituto de Terras do Pará).

Depois do ato, as famílias fizeram um protesto na rodovia PA-150. "O grupo do Daniel Dantas está usando milícias armadas e irregulares para ameaçar os trabalhadores", afirma Maria Raimunda.

Na semana passada, quatro pessoas foram sequestradas por milícias armadas financiadas por latifundiários e pelo agronegócio. Nos últimos meses, mais de 18 trabalhadores foram baleados por ações desses grupos. "Essas milícias são clandestinas e atuam sentido de combater os movimentos sociais do campo e perseguir os trabalhadores acampados", explica.

No município de Sapucaia, cerca de 250 famílias fizeram um ato na sede da fazenda Rio Vermelho, que tem parte ocupada desde 2006. O Incra fez a vistoria da área no ano passado e concluiu que a área é da União. Os Sem Terra reivindicam a devolução da área. No momento, as famílias se encontram na beira da estrada e esperam que as autoridades responsáveis agilizem a retomada da terra.

#### **MST depreda fazenda de Dantas - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 05/11/2009**

O Movimento dos Sem-Terra(MST)invadiuontemasfazendas Maria Bonita e Rio Vermelho, localizadas nos municípiosdeSapucaiaeXinguara, nosuldoPará.ADelegacia de Conflitos Agrários abriu inquérito para apurar os atos de vandalismo.

Cemhomensarmadoseencapuzados derrubaram e queimaram casas, expulsaram empregados e atearam fogoemtratores,alémderoubar gado, segundo a assessorial da Agropecuária Santa Bárbara, que administra a Fazenda Maria Bonita e é ligada ao banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity.

Umavião com três mulheres e três crianças, expulsos pelo MST, caiu logo depois de decolar deuma das fazendas invadidas. As seis pessoasnadasofteram, masocomandante e o piloto ficaram feridos e estão internados emumhospital da região.

Os policiais e a imprensa tiveram dificuldades para chegar às propriedades. O MST bloqueou a rodovia PA-150 em três pontos, afirmandoquea ação foiumprotestocontraamorosidadeda reforma agrária no Estado.

O gerente da fazenda Maria Bonita, Oscar Boller, contou que os invasores chegaremaolocalduranteamadrugada. Entraram nas casas dos funcionários, gritando que todos deveriam sair. Em seguida, passarama destruir moradiase currais,usandotratoresdaprópria fazenda, que foram incendiados, segundo o gerente.

A coordenadora estadual do MST, Maria Raimunda César, afirmou que a ocupação foi apenas para "protestar contra a presença de escolta armada"na área.Enegou que casas e tratores tivessem sido destruídos.

A polícia constatou danos na Rio Vermelho. Uma vila, onde moravam30empregados,foi incendiada.

Segundoosempregados, cerca de 50 homens do MSTparticiparam da ação. ●

Incrapagou R\$13 mil por madeira

Custou R\$ 13 milhões ao Inca a madeira que estava sendo cortada e vendida pela Cooperativa de Assentados da Reforma Agrária de Iaras e Região (Cocafi), ligada ao MST, no Assentamento Zumbi dos Palmares. O Ministério Público considera que houve desvio de dinheiro, que deveria ser aplicado no assentamento, e quer a devolução dos recursos ao Tesouro. O superintendente do Inca em São Paulo, Raimundo Pires da Silva, informou que o convênio com a Cocafi foi rescindido. Em nota, disse que o Inca repudia a criminalização dos movimentos sociais, no entanto fiscaliza todos os convênios e adota as medidas necessárias.

• JOSÉ MARIA TOMAZELA

**MST é acusado de depredar propriedade de Dantas no PA** – Rodrigues Vizeu –  
Folha de São Paulo – Brasil – 04/11/2009

A Agropecuária Santa Bárbara, que tem como sócio o banqueiro Daniel Dantas, acusou ontem integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de praticarem atos de destruição na fazenda Maria Bonita, em Eldorado do Carajás, no sul do Pará. A propriedade foi invadida pelo movimento em julho de 2008. A Santa Bárbara diz que os invasores destruíram casas de funcionários, queimaram tratores e currais e mataram 28 bois da fazenda, que tem 3.600 hectares e cerca de 20 mil cabeças de gado. Ainda segundo a Santa Bárbara, após o incidente, ocorrido na madrugada de ontem, um monomotor da empresa foi usado para retirar famílias de funcionários do local. Em uma das viagens, o avião caiu após decolar com oito pessoas a bordo, sendo quatro crianças. Todos sobreviveram e não correm risco de morte. O governo do Pará disse que policiais da Delegacia Especial de Crimes Agrários estão na fazenda para investigar a autoria dos ataques. Tropas da Polícia Militar de Belém e de Marabá foram enviadas à região. O MST disse que fez um protesto pacífico na fazenda e negou atos de violência. O movimento questionou a veracidade das imagens de destruição divulgadas pela fazenda. "Quem disse que essas fotos foram tiradas nesta madrugada? Quem disse que foi o MST [o autor]?", questionou o movimento por meio de sua assessoria. Parte da fazenda foi invadida por 450 famílias do MST sob o argumento de que se trata de uma área grilada, de acordo com um estudo do Instituto de Terras do Pará – órgão fundiário estadual.

**Segunda**

**invasão**

A Deca investiga um outro caso de destruição no município de Sapucaia, a cerca de 60 km da propriedade da Santa Bárbara. Segundo o delegado Paulo Gaurão, houve destruição de casas de vaqueiros e currais na fazenda Rio Vermelho, da empresa Agropecuária Rio Vermelho. O MST também negou ter praticado violência no local, alegando que realizou apenas um ato com 250 famílias na propriedade, parcialmente invadida pelo movimento desde 2006. Mais uma vez, os sem-terra argumentaram que a área pertence à União.

**Violência no campo não é culpa do MST, diz Suplicy** – Sítio Eletrônico do MST – 05/11/2009

Em pronunciamento nesta quarta-feira (4/10), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a violência que ultimamente vem sendo atribuída ao MST não deve ser imputada aos integrantes da organização.

O senador pediu aos senadores da oposição que vêm fazendo acusações aos Sem Terra que "tomem as devidas precauções". Ele lembrou que em breve a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará audiência pública e o MST manifestou a sua confiança na possibilidade de "um diálogo respeitoso entre os integrantes do movimento e os demais senadores", como forma de esclarecer as denúncias de violência que vêm sendo atribuídas aos trabalhadores rurais sem terra.

A audiência, anunciou Suplicy, deverá contar com a presença de um dos ex-coordenadores da organização, João Pedro Stedile, e do ex-ministro da agricultura, Roberto Rodrigues.

Em aparte, o senador José Nery (PSOL-PA) disse que "em qualquer circunstância" deve prevalecer o respeito às opiniões divergentes. Ele disse que o MST reconhece a existência das ocupações, mas denunciou as armações que têm sido orquestradas pelos fazendeiros do Pará para promover a destruição dos equipamentos das fazendas e colocar a culpa no movimento.

**Polícia do PA vê indício de ação do MST em destruição de fazendas** – Roberto Madureira – Folha de São Paulo – Brasil – 06/11/2009

DA AGÊNCIA FOLHA A Polícia Civil do Pará disse que há "fortes indícios" de que integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tenham praticado os atos de destruição em duas fazendas de Eldorado dos Carajás e Sapucaia, no sul do Estado, ontem. Segundo a assessoria do delegado-geral Raimundo Benassuly, informações levantadas pela Deca (Delegacia de Conflitos Agrários) ontem dão conta de que os autores da depredação vivem nos acampamentos mantidos pelo MST na região. As afirmações da assessoria foram feitas em nome da Polícia Civil do Pará. Segundo o movimento, famílias do local afirmam não ter destruído casas de funcionários e máquinas das duas fazendas, como acusam os proprietários. O MST afirmou que há "infiltrados" nos acampamentos do MST, "inclusive colocados pelos próprios latifundiários".

Uma das fazendas invadidas, a Maria Bonita, pertence à Agropecuária Santa Bárbara, empresa que tem como sócio o banqueiro Daniel Dantas. A outra propriedade -a Rio Vermelho- tem como dona a Agropecuária Rio Vermelho. A Santa Bárbara afirmou, em nota, que o prejuízo na Maria Bonita ultrapassa R\$ 3 milhões.

Antes de a polícia indicá-lo como possível autor da agressão, o MST acusou os próprios fazendeiros de causar a destruição. A intenção, segundo o movimento, é causar rejeição aos sem-terra semelhante à ocorrida após a depredação do laranjal da empresa Cutrale, em Iaras (SP), no mês passado. A propriedade da Santa Bárbara sobre a fazenda Maria Bonita é contestada pelo governo do Pará na Justiça. Segundo o Iterpa (Instituto de Terras do Pará), a área é do Estado e foi cedida à iniciativa privada. O órgão diz que houve quebra de contrato após a fazenda ser usada para pecuária, e não extrativismo de castanha, como previsto inicialmente. No início do ano, a Justiça deu razão ao governo, bloqueando a venda de duas outras fazendas da Santa Bárbara. A empresa disse esperar que a decisão seja revista. O governo enviou 200 policiais militares para "ocupar" o sul do Estado. O efetivo da PM deve permanecer por tempo indeterminado na região.

#### **ONU cobra do Brasil meta clara de corte de gases-estufa – Roberto Dias – Folha de São Paulo – Ciência – 06/11/2009**

Chefe da Convenção do Clima diz estar "ansioso" por um anúncio do compromisso brasileiro antes de Copenhague

Pedido de Yvo de Boer vem dois dias depois de o país ter adiado anúncio de meta e sinalizado que pode não colocar números na mesa

A ONU cobrou ontem do Brasil uma meta clara de corte das emissões dos gases-estufa e pediu que o número seja apresentado antes da conferência do clima, marcada para dezembro, em Copenhague. "Estou muito ansioso para que o Brasil anuncie o que pretende fazer como esforço para desviar suas emissões da tendência de crescimento", afirmou o holandês Yvo de Boer, secretário-executivo da Convenção do Clima das Nações Unidas. "Espero que seja possível finalizar um pacote e um número antes de Copenhague", disse ele em Barcelona, onde acontece a última reunião preparatória para a conferência. Nesta semana, o governo sinalizou que pode não apresentar um compromisso de redução para a conferência. Um "número factível", disse Lula anteontem em Londres, seria negociado com outros grandes emissores em Copenhague. Questionado pela **Folha** sobre a posição brasileira, De Boer pediu uma "indicação clara". Falou que o esforço de redução dos gases tem que "ser quantificado em um total". E completou: "O Brasil já tem uma estratégia nacional de mudança climática em andamento, e grande parte dessa estratégia já pode ser quantificada". O chefe da delegação brasileira em Barcelona, Luiz Alberto Figueiredo Machado, disse

que não comentaria a declaração do principal diplomata da ONU para questões climáticas.

### **Incerteza**

A cobrança ocorreu dois dias depois de o Brasil ter frustrado o movimento ambientalista ao deixar de anunciar uma meta ao término de uma reunião ministerial sobre o tema. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, vinha tentando convencer o governo a anunciar uma meta de desvio de trajetória de emissões que ficasse entre 30% e 40% até 2020. Isso significa não uma redução absoluta, mas um corte em relação àquilo que seria a tendência caso nada fosse feito. Ele encontra oposição dentro do governo. A visão do Itamaraty é a de que colocar um número na mesa sem que mais países o façam fragilizaria o país na negociação. Até agora, o único consenso que existe no governo é em reduzir o desmatamento na Amazônia em 80% até 2020 -o que cumpriria metade da meta de 40% proposta por Minc. Já há estudos feitos sobre como atingir os outros 20% sem afetar o crescimento do país, mas mesmo assim o governo se divide. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que chefiará a delegação brasileira, quer que o Brasil declare objetivos, mas sem números (sem compromisso com resultados). "O Brasil tem de trazer para Copenhague um número. E esse número deve ficar por volta de 40% do desvio", afirmou Paulo Adário, do Greenpeace. Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e professor da Coppe-URFJ, diz que o Brasil precisa "chutar a bola" para que haja avanço em Copenhague. "Eu disse ao Lula que o Brasil precisa ousar, seguir o exemplo do que fez em Honduras [ao conceder asilo em sua embaixada ao presidente deposto Manuel Zelaya]." Ontem, De Boer explicou por que acha tão importante o Brasil aparecer logo com sua proposta. "O fato de os países em desenvolvimento saírem com metas ambiciosas é algo crítico para assegurar a participação ambiciosa dos países industrializados e vice-versa. Se uma metade se vai, você corre o risco de perder a outra também."

### **UE propõe esticar negociação até 2010 e irrita países pobres – Folha de São Paulo - Ciência – 06/11/2009**

Ganhou corpo ontem, no penúltimo dia da reunião em Barcelona, a ideia de estender além do final da reunião de Copenhague boa parte da atual rodada de discussões sobre o clima. Segundo a proposta, alimentada pelos países europeus, seria feito um "acordo político" na Dinamarca, e as negociações continuariam por mais três ou seis meses. Uma das razões para isso seria ter mais tempo para atrair os EUA para um acordo obrigatório, esperando o trâmite do pacote ambiental pelo Congresso americano. Primeiro problema: sucessivos diplomatas demonstraram descontentamento nesta semana com o que entendem por "acordo político", uma espécie de compromisso moral, algo que consideram muito frágil. "Vocês conhecem algum político que cumpra suas promessas? Só há acordos de



obrigação legal", afirmou o sudanês Lumumba Di-Aping, que fala em nome do G77, bloco dos países em desenvolvimento. "O Brasil quer um acordo robusto, não quer um acordo político, quer um acordo real. Há muito investimento político feito", disse o chefe da delegação brasileira, Luiz Alberto Figueiredo Machado. A dificuldade de sintonizar a política doméstica americana com a negociação internacional está longe de ser a única razão para prorrogar a rodada. Falta ainda acordo sobre os dois pontos mais importantes da negociação em si: quanto cada país vai se comprometer a reduzir de suas emissões de gases-estufa e quanto dinheiro os países ricos vão destinar a ações climáticas dos pobres.

Abaixo da média E é no ponto das metas climáticas que se encaixa o segundo e gigantesco problema: a discussão dos países ricos não entrou ainda na faixa que a ciência define como necessária para evitar grandes catástrofes ambientais, conforme reconheceu ontem o próprio secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU, Yvo de Boer. O estudo atualmente usado como maior referência pelos negociadores diz que o mundo desenvolvido precisa reduzir até 2020 suas emissões de gases-estufa a um nível entre 25% e 40% inferior ao de 1990. Muito da expectativa sobre o que poderá sair em Copenhague repousa agora na lista de chefes de Estado presentes. Lula deverá convidar seu colega americano, Barack Obama, para viajar à Dinamarca. Mas ele mesmo condiciona sua ida a um "quorum" de líderes. (RD)

### **Governo deve esperar, diz indústria – Folha de São Paulo – Ciência – 06/11/2009**

A um mês da 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, os empresários tentam convencer o governo a não adotar metas para a redução de emissões de gases antes das negociações em Copenhague. Para a CNI (Confederação Nacional da Indústria), antes de se comprometer, o país deve esperar o mundo se definir. "Nossa estratégia em relação ao clima não termina em Copenhague, começa lá", afirmou o diretor-executivo da CNI, José Augusto Fernandes. De acordo com ele, o Brasil deve se focar na redução dos desmatamentos, responsáveis por quase metade das emissões do país -a indústria representa 8,8%. Apesar disso, diz, podem ser necessárias medidas em alguns setores, como na produção de aço, alumínio, cimento e petroquímicos. Fernandes também criticou a imposição de barreiras comerciais baseada em critérios ambientais.

## O MST assalta o MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 07/11/2009

Da coleção de crimes acumulados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) pode-se dizer que “sempre cabem mais uns”. A mais recente incursão criminosa dos comandados de João Steidl, de extrema violência, envolveu cem de seus militantes, armados e encapuzados, que invadiram quarta-feira duas fazendas no sul do Paraná, expulsando empregados de suas residências no meio da madrugada e incendiando suas casas, destruindo currais e equipamentos, roubando gado – enfim, praticando atos de selvagem vandalismo. O proprietário das fazendas é o banqueiro Daniel Dantas.

Menos de uma semana antes, o MST havia incluído em sua coleção de crimes o corte de 400 mil metros quadrados de pinus no Assentamento Zumbi dos Palmares, em Iaras, no sudoeste paulista, a venda da Madeira e o desvio do dinheiro apurado. Talvez alguém possa achar que se trata de crime de apropriação indevida, mas, pelo espírito e letra da lei penal, trata-se de roubo com agravantes, pois a ele se juntam os crimes de tortura e ameaça à vida.

Um dos assentados que denunciaram o roubo teve o corpo enterrado, ficando só com o rosto para fora, enquanto a outro foi dito que “fechasse a boca” senão ela iria amanhecer “cheia de formiga”.

O Ministério Público Federal investiga o roubo de madeira, cujo valor pode chegar a R\$ 3 milhões, para um volume de madeira cortada equivalente à carga de 10 mil caminhões, cujos recursos, provenientes de sua venda, deveriam ter sido aplicados nos lotes do Assentamento Zumbi dos Palmares, com a construção de infraestrutura, ainda inexistente no lugar, bem como no remanejamento florestal de acordo com as normas ambientais. A floresta de pinus pertencera ao Instituto Florestal, órgão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tendo sido comprada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), num processo de arrecadação de terras para fazer assentamentos.

O plano era executar o manejo da floresta e criar a infraestrutura no local.

O superintendente do Incra em São Paulo, Raimundo Pires da Silva, fez o seguinte relato:

“Assim que tivemos a imissão de posse na área, em 2007, houve uma série de incêndios intencionais que estão sendo investigados pela Polícia Federal.

As chamas atingiram quase mil hectares do pinheiral e há suspeita de que os próprios ‘interessados’ teriam atado fogo para apressar o corte raso do pinus.” Eis a origem da questão: por meio de convênio assinado em 2008 o Incra contratou a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária de Iaras e Região, criada pelo MST, para extrair e vender madeira. Em poucos meses máquinas e motosserras, a serviço da cooperativa, botaram abaixo mais de 300 mil árvores.

À medida que as toras foram sendo retiradas os sem-terra cadastrados foram assentados sobre os restos da floresta, sem que a infraestrutura (razão primeira assentados do Zumbi procuraram o Ministério Público de Ourinhos – e o corte e a venda da madeira foram embargados.

Impedido de derrubar outro 1,4 mil hectares de árvores, o MST abandonou os assentados – estes, por sinal, de uma região em que o movimento dos sem-terra anuncia a criação de um grande “polo de assentamentos” de importância equivalente ao maior de todos, no Portal do Paranapanema.

Os assentados do Zumbi perderam – para o MST – os pinus plantados em boa parte de seus lotes sem receberem nada em troca – nem sistema de abastecimento de água, nem estradas ou produtos que melhorassem uma terra que consideram “um do MST? Quando se falava em desvio de dinheiro dessa entidade – que insiste em permanecer na ilegalidade, sempre é bom lembrar, para não ser fiscalizada –, a referência dizia respeito a verbas públicas, subsídios governamentais para específicos programas de educação e treinamento de assentados – sobre os quais os líderes da entidade nunca prestaram conta. Agora, porém, é o MST roubando os próprios assentados. Será que também isso o governo tem interesse em continuar abafando – tornando inútil a CPI do MST?

### **Além de Copenhague – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 08/11/2009**

Lula tem chance rara de projetar o Brasil na cena mundial ao adotar meta factível para combater o aquecimento global

RESTAM quatro semanas para o início da Conferência de Copenhague, na qual 191 países membros da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima deveriam adotar um novo tratado, válido a partir de 2012, para enfrentar o aquecimento global. A reunião se encaminha para um impasse, diante da relutância de todos em assumir compromissos mais ambiciosos de cortes de gases do efeito estufa que os do fracassado Protocolo de Kyoto (1997). Eis aí uma chance única para o Brasil mostrar-se à altura do prestígio conferido pela boa performance econômica. O governo Lula, no entanto, hesita. De todo lado vêm exortações para o país adotar metas que ultrapassem o compromisso já assumido por Lula de reduzir em 80% até 2020 o desmatamento, responsável por mais da metade das emissões brasileiras. A última partiu do próprio secretário da Convenção, Yvo de Boer. A diminuição do desmate garante redução de 20% de todo o carbono que o país emitiria na próxima década, se seguisse a trajetória atual da economia. Discute-se no governo se essa meta deveria ser ampliada para 40%, distribuindo objetivos de redução para vários setores.

Uma reunião na sexta-feira decidirá a posição nacional. Teme-se que o presidente Lula opte por uma atitude cautelosa, reservando um trunfo para pressionar países ricos na mesa de negociação, a fim de que cedam fundos e tecnologia às nações menos desenvolvidas. Agindo assim, o presidente só reforçaria o obstáculo que tem travado o avanço da negociação há anos. O Brasil deveria chegar a Copenhague com uma meta que vá além do óbvio compromisso de conter o desmatamento. Um programa factível, que engaje todos os setores produtivos no objetivo nacional de redirecionar a economia a um novo tipo de desenvolvimento, em que o esforço de cortar emissões de carbono se traduza em aumento de eficiência e rentabilidade. Há muitas razões para dar esse passo, a começar pelo papel de liderança que se espera do país na questão ambiental. Poucas nações, ademais, reúnem condições tão favoráveis para dar sua contribuição e auferir ganhos. O melhor exemplo é a agropecuária, segunda maior fonte de emissões depois do

desmatamento. Basta incentivar, com financiamento e assistência técnica, processos de modernização já em curso. Recuperação de pastagens degradadas e integração entre lavoura e pecuária são algumas das boas práticas agronômicas que, rentáveis, ainda colaboram para mitigar o efeito estufa. Investir em eficiência energética, fontes alternativas de geração de eletricidade e biocombustíveis também é uma iniciativa economicamente viável por si só. Não depende do combate à mudança do clima para se justificar. Oportunidade similar se abre para o Brasil: ao fazer o que é certo pelo planeta, a maior economia de base natural do mundo continuará na vanguarda do cobiçado desenvolvimento limpo, garantindo melhores condições de vida e de competitividade para as futuras gerações.

### **OEA condena Brasil por morte de sem-terra - Dimitri do Valle - Folha de São Paulo – Brasil – 10/11/2009**

A Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) considerou o Estado brasileiro culpado pela não responsabilização dos envolvidos no assassinato de Sétimo Garibaldi, 52, agricultor morto em novembro de 1998 numa tentativa de despejo feita por milícias armadas em um acampamento do MST em Querência do Norte, noroeste do Paraná. A sentença, dada em setembro deste ano, foi publicada no último final de semana. Para a organização, o caso expõe a parcialidade do Judiciário no tratamento da violência no campo e as falhas das autoridades brasileiras em combater as milícias privadas. É a terceira vez que o Estado brasileiro é condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos e a segunda em fatos envolvendo crimes contra trabalhadores rurais sem terra no Paraná. Pela sentença da corte -da qual o Brasil é signatário e reconhece todas as suas decisões-, a família do trabalhador rural deve ser indenizada e a sentença, publicada em veículos da grande imprensa do país.

#### **Parcialidade**

"É um caso que demonstra claramente que o sistema de Justiça não funciona quando se trata de apurar crimes contra um trabalhador", disse Darci Frigo, advogado da ONG Terra de Direitos, que encaminhou o caso à corte da OEA em 2003, depois que o inquérito foi arquivado no Paraná. O caso foi reaberto em abril e está na fase de depoimentos de todos os envolvidos. Segundo Frigo, o país poderá sofrer a pressão de órgãos internacionais se não cumprir a sentença.

Cristina Timponi, chefe da assessoria internacional da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência, disse que o governo ainda não foi informado oficialmente da sentença, mas a disposição é a de que a decisão da corte da OEA seja cumprida. O prazo é de um ano.

**Agropecuária acusa MST de nova depredação** – Folha de São Paulo – Brasil –  
10/11/2009

#### DA AGÊNCIA FOLHA

A Agropecuária Santa Bárbara, que tem como um de seus sócios o banqueiro Daniel Dantas, acusou o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de ter destruído ontem seis casas e um galpão na fazenda Espírito Santo, em Xinguara, no sul do Pará.

O movimento é apontado pela polícia como responsável por atos de vandalismo em outras duas propriedades na última quarta-feira. Mas a polícia não confirmou a ação de ontem. O local da suposta destruição era moradia de 20 funcionários. O MST, que nega as outras duas acusações, voltou a dizer que a ação pode ser fruto de milícias de fazendeiros infiltradas no movimento. Na quarta-feira passada, segundo a polícia, integrantes do MST destruíram casas, tratores, currais e mataram animais, em prejuízo estimado pela Santa Bárbara em R\$ 3 milhões.

No dia seguinte, a governadora Ana Júlia Carepa (PT) anunciou o envio de 200 soldados da PM à região. Na sexta, disse que a polícia pediu a prisão de Charles Trocate, coordenador do movimento no Pará, como mandante das destruições. O Tribunal de Justiça do Pará afirmou que o pedido de prisão preventiva de Trocate será analisado hoje pelo juiz Alexandre Hiroshi. As depredações viraram alvo de um inquérito policial, que é presidido pelas Decas (Delegacia de Conflitos Agrários) de Marabá e Redenção. Três militantes do MST já foram identificados, segundo o delegado-geral Raimundo Benassuly.

**ONG da indústria "faz hora" com o clima** – Kate Willson – Folha de São Paulo –  
Ciência – 10/11/2009

Manifestantes se reuniram recentemente sob chuva diante do Centro de Convenções da ONU em Bancoc, gritando palavras de ordem e criticando países pelo pouco engajamento manifestado na negociação de um tratado para reduzir os gases-estufa. No interior do prédio, profissionais sentados em cafés sorriam para rostos conhecidos e trocavam apertos de mão. Mais tarde, eles se reuniram a portas fechadas em um conclave dominado por representantes das maiores empresas energéticas do mundo.

Bem-vindo ao mundo das "Bingos" (Organizações Não-Governamentais da Indústria e Negócios), que há anos exercem um papel na moldagem do debate global sobre clima. As conversas em Bancoc foram uma de várias sessões preparatórias para as negociações formais, que terão início em Copenhague em 7 de dezembro, cujo objetivo é firmar um novo tratado global de limitação das emissões de carbono. No centro de conferências em Bancoc, várias dezenas de executivos de Bingos se reuniram para transmitir informações uns aos outros sobre pontos de alta importância, como as metas globais de redução de emissões, o número de créditos de carbono e os cronogramas para a implementação. Mas, enquanto a agenda de mudanças climáticas das Bingos parece ser clara, sua

estratégia é mais difícil de decifrar. E os resultados de seus esforços com frequência são impalpáveis. O que fazem não é lobby no sentido usual do termo. "O que fazemos aqui é fazer hora", diz John Scowcroft, da União Europeia da Indústria de Eletricidade. "É fazer hora com uma finalidade." Em Bancoc, as sessões de briefing foram conduzidas por um químico britânico chamado Nick Campbell, lobista da empresa química francesa Arkema. Campbell vem assistindo às negociações climáticas da ONU desde 1991, mas diz que limita a atuação de seu trabalho de lobby propriamente dito aos níveis nacional e regional, incluindo a União Europeia. "Como Bingo, o efeito que você pode ter nestes encontros é pouquíssimo", ele explica. "A única maneira pela qual pode influir é se puder convencer uma delegação que interessa a ela que suas instruções digam isso ou aquilo." Como fazem outros representantes de Bingos, ele espera que seus esforços atuais resultem em alguma influência sobre qualquer texto que venha a ser acordado no encontro de Copenhague. Houve uma época em que os executivos de indústrias que emitem muito CO2 negavam estar contribuindo para as mudanças climáticas. Mas, à medida que o consenso científico foi se fortalecendo e a opinião pública e dos governos foi mudando, as empresas começaram a modificar sua abordagem.

### **Transição**

"Há poucas empresas que ainda fazem lobby aberto contra a regulamentação", diz Irja Vormedal, pesquisadora da Universidade de Oslo que estuda a influência das indústrias sobre as negociações climáticas. "Agora elas estão tentando preparar-se para essa nova transição. Elas dizem: "Se fizermos isso, teremos uma cadeira à mesa e poderemos influenciar a regulamentação"." Representantes industriais dizem que no coração da estratégia atual da "Big Carbon" (os grandes emissores de carbono) está o reconhecimento de que são necessários, sim, controles sobre as emissões. Embora reconheçam a necessidade de descarbonização, representantes industriais conseguiram convencer governos e delegações nacionais a usar linguagem que pode atrasar a implementação do acordo. Muitas associações de indústrias de carbono intensivo -entre elas as do carvão, petróleo e empresas elétricas- buscam metas de redução de emissões de longo prazo, em lugar de metas para o curto prazo.

Elas querem que os governos lhes forneçam gratuitamente parcelas fartas das verbas de que vão precisar para descarregar carbono, pelos termos do tratado. E querem a maior liberdade de ação possível para "contrapor-se" a emissões, em lugar de reduzi-las, através de investimentos em projetos de custo mais baixo em países em desenvolvimento, como projetos de reflorestamento.

### **Concessões**

### **necessárias**

Eles também estão pressionando para a ONU incluir como uma dessas medidas aprovadas de contraposição quaisquer investimentos que venham a fazer na tecnologia ainda incipiente conhecida como captura e armazenamento de carbono -um processo controverso pelo qual emissões de carbono (sobretudo de usinas termelétricas movidas a carvão) seriam capturadas e armazenadas no subsolo. E elas fazem lobby para que todas essas concessões sejam vistas como necessárias, em vista das desvantagens que afirmam que vão enfrentar enquanto o tratado climático continuar a operar como operou no passado -com países em desenvolvimento, como China e Índia, não sendo obrigados a limitar suas emissões.

Esta reportagem faz parte da série "O Lobby Global da Mudança Climática", produzida pelo ICIJ (Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos). Leia mais em [www.icij.org](http://www.icij.org)

Tradução de CLARA ALLAIN

**Obama cobra "boa fé" para ir a Copenhague** – Folha de São Paulo – Ciência – 10/11/2009

DA REUTERS

O presidente dos EUA, Barack Obama, disse ontem que só irá à conferência do clima de Copenhague se pressentir que sua presença será importante. "Se eu estiver confiante de que todos os países envolvidos estiverem barganhando com boa fé, se nós estivermos no limiar de um acordo significativo e se minha presença em Copenhague fizer alguma diferença sendo o fiel da balança, então isso [ir ao encontro] é algo que eu farei", afirmou.

**Invasões de sem-terra em SP sobem 88%, ante queda de 45% no País** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 12/11/2009

O Estado de São Paulo, o mais avançado produtor agrícola do País, hoje a unidade da federação onde os movimentos de sem-terra se mostram mais agressivos em termos de invasões de propriedades rurais. Levantamento realizado por pesquisadores do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), vinculado à Unesp, indica que o número de invasões no primeiro semestre deste ano aumentou 88,8% em comparação com o mesmo período do ano passado. Foram 36 invasões de janeiro a junho de 2008, contra 68 em 2009.

Esse recrudescimento das ações em São Paulo segue uma linha inversa em relação ao que ocorre nos outros Estados. Em recente levantamento sobre conflitos registrados no País no primeiro semestre deste ano, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) constatou que a tendência é de refluxo – e não de aumento.

“As ações dos trabalhadores, ocupações e acampamentos, sofreram um razoável encolhimento em 2009”, dizia o relatório da CPT.

Em termos numéricos, apontava um decréscimo de 45% nas invasões entre um semestre e outro, passando de 187 para 102.

Os pesquisadores do Nera utilizaram dados do Dataluta, banco de dados organizado pela Unesp e que utiliza informações de várias fontes. Eles também notaram o crescimento no conjunto de famílias de sem-terra mobilizadas em São Paulo.

Em 2008 o total chegou a 2.414. Neste ano o número de famílias subiu

para 4.096.

#### DISSIDENTE

Ainda segundo os pesquisadores, existem dez movimentos de sem-terra em acao no Estado.

O mais atuante deles e o MST da Base – dissidencia do Movimento dos Sem-Terra (MST), que agosob a coordenacao de Jose Rainha, um dos mais influentes lideres de semterra no Pais. Das 68 invasoes registradas no primeiro semestre, 54 foram organizadas pelo MST da Base.

Ontem, ao comentar os resultados da pesquisa do Nera, Rainha atribuiu a causa do aumento das invasoes ao que chamou de “incompetencia” do governo de Jose Serra (PSDB). “O governo do Serra nao fez nada pela reforma agraria”, disse, enderecando a critica ao Instituto de Terras do Estado de Sao Paulo. “O Itesp esta numa paralisia total.”

Rainha construiu sua carreira na regio do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste paulista. Depois de preso e condenado por sua atuacao em invasoes, ele seguiu para a regio de Aracatuba, onde hoje organiza o Acampamento Adao Preto, que considera o maior do Brasil.

“Sao dois quilometros de rodovia, de lado a lado, tomados pelos barracos”, contou. A mesma tempo que ataca o governo estadual, Rainha manifestou a mesma insatisfacao pelo governo federal. Suas criticas ao Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria (Incra) – autarquia responsavel pela conducao da reforma agraria em todo o Pais – sao sempre mais brandas do que quando fala do Itesp. Ele tambem ja deixou claro que o movimento que coordena vai apoiar a candidatura da ministra Dilma Rousseff (PT) a Presidencia. “O Serra seria um desastre para os trabalhadores”, disse ontem.

Rainha tambem adiantou que em 2010 nao devera haver recuo nas acoes conduzidas pelo MST da Base – como tem acontecido em anos de eleicao presidencial. “As ocupacoes sao instrumentos para fazer valer nossos direitos.”

O levantamento do Nera que apontou a intensificacao das acoes dos sem-terra foi realizado pelos pesquisadores Nalgia Tavares de Oliveira e Tomas Sombini Druzian. Eles tambem observaram uma tendencia de ampliacao do palco dessas acoes, que ate recentemente se concentravam no Pontal.

Nas suas conclusoes, os dois afirmam que o recrudescimento das acoes no Estado pode ser um fato isolado, mas tambem indicar uma tendencia: “

O aumento das ocupacoes no Estado de Sao Paulo com a participacao de novos movimentos socioterritoriais pode significar o inicio de um novo periodo de luta pela terra, que seguia uma tendencia de decrescimento”, afirmam.

“Esse e um primeiro indicador, que pode significar aumento de luta pela terra ou pode se configurar em um periodo isolado na sequencia dos conflitos. Outra tendencia que se observa e o crescimento da luta contra o agronegocio, configurando-se uma nova caracteristica da questao agraria atual.”

**CPI do MST precisa investigar onda de invasões, diz deputado - Roldão Arruda –**  
Estado de São Paulo – Nacional – 13/11/2009



O aumento de 88,8% no número de invasões de terras no Estado de São Paulo, verificado no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, é mais uma evidência da necessidade de se pôr andamento a CPI do MST. A opinião é do deputado federal Valdir Colatto (PMDB-SC), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Ao comentar a reportagem publicada ontem pelo **Estado**, com o balanço das invasões, ele observou que um dos objetivos da CPI é verificar se o dinheiro destinado aos assentamentos da reforma agrária não é desviado para financiar invasões. “O Brasil precisa saber de onde vem esse dinheiro”, afirmou.

Segundo o parlamentar, cooperativas e associações ligadas ao movimento receberam mais de R\$ 150 milhões de órgãos do governo entre 2003 e 2008. Criada em outubro, a CPI do MST ainda não começou a funcionar, em decorrência de pressões de setores parlamentares favoráveis aos sem-terra e à política de relacionamento do governo federal com esses movimentos.

A reportagem do **Estado** apresentou levantamento do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), ligado à Unesp, indicando que as invasões aumentam em São Paulo ao mesmo tempo que refluem em outras áreas do País. No primeiro semestre de 2008 ocorreram 36 invasões no Estado. Neste ano foram registradas 68.

Uma das explicações para esse cenário, segundo Colatto, é a legislação ambiental. “No Sul e Sudeste, as fazendas precisam ter 20% da área preservada. Como isso não acontece, o Incra alega que as terras podem ser desapropriadas.”

Para o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, as invasões aumentam porque o sentimento de impunidade cresce no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. “Estamos diante de um festival de impunidades, reflexo da forte ligação que sempre existiu entre os movimentos e Lula.

Nada acontece diante dessas barbaridades.”

Para o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, titular da cadeira de geografia agrária, na USP, a causa do aumento das invasões deve ser procurada em outro lugar.

“O governo federal não cumpriu as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária”, disse.

“Na verdade, a opção política do segundo governo de Lula não é a reforma, mas sim a contrarreforma, com a regularização fundiária, sobretudo na região da Amazônia.”

Oliveira também criticou a Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp). “O governo do Estado não tem nenhuma política de assentamento.

O Itesp não está realizando nada.”

Segundo o especialista, para entender o que ocorre em São Paulo também é preciso considerar que os vários movimentos de sem-terra têm formas diferentes de agir. O grupo que está à frente das ações no Estado, liderado por José Rainha, tem as invasões como prática principal.

“Eles ocupam para depois negociar.

Outros grupos negociam antes.”

**Justiça do Pará decreta prisão de líderes do MST – Folha de São Paulo – Brasil – 13/11/2009**

Mais quatro sem-terra tiveram prisão decretada pela Justiça do Pará por acusação de envolvimento em atos de violência no sul do Estado. Entre eles estão a líder nacional do MST Maria Raimunda César e o coordenador estadual Charles Trocate. O juiz Alexandre Arakaki, de Curionópolis (697 km de Belém), também ordenou a prisão do sem-terra Márcio Borges Araújo e de um homem identificado apenas como Moisés, líder do acampamento na fazenda Maria Bonita. Localizada em Eldorado do Carajás e propriedade da Agropecuária Santa Bárbara -que tem como sócio o banqueiro Daniel Dantas-, a área foi depredada na semana passada. Agora chegam a dez as ordens de prisão em razão dos conflitos. Maria Raimunda César não foi encontrada para comentar a decisão da Justiça. Charles Trocate disse já saber que é procurado, mas não comentou a medida do juiz.

**Lula atende a ruralistas e adia o prazo para recuperar matas – Eduardo Scolese - Folha de São Paulo – Brasil – 13/11/2009**

Decisão foi tomada na segunda, mas ele não quis ofuscar anúncio da redução do desmate

Presidente também decidiu pelos ruralistas em outros temas; única vitória de Minc foi a manutenção da reserva em todas as propriedades

Nas discussões sobre as mudanças no Código Florestal, os ruralistas venceram a queda de braço contra os ambientalistas, e o presidente Lula prorrogou o decreto da reserva legal de 11 de dezembro para 11 de junho de 2011. Os produtores terão mais 18 meses para se adequar às regras de preservação dos pedaços de floresta de suas áreas. Essa decisão foi comunicada pelo presidente aos ministros Reinhold Stephanes (Agricultura) e Carlos Minc (Meio Ambiente) na segunda, em reunião em São Paulo da qual participaram também Dilma Rousseff (Casa Civil) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário). Stephanes disse a Lula que a entrada em vigor do decreto tendo como base a atual legislação ambiental colocaria na ilegalidade cerca de 3 milhões de pequenos e médios proprietários que desmataram legalmente suas áreas para avançar com lavouras décadas atrás.

Lula abraçou a ideia e determinou a prorrogação do decreto, o que dá a Stephanes e aos ruralistas um ano e meio de prazo para mudar o Código Florestal. Quando o decreto entrar em vigor, o proprietário autuado pela fiscalização sem a totalidade da reserva legal terá prazo de 120 dias para formalizar uma proposta de recuperação da área. Feito isso, o que já o livra da multa, terá até 2031 para recuperar a área de floresta. Segundo o código, a reserva legal na Amazônia representa 80% da propriedade. No cerrado da Amazônia Legal, 35%, e nas demais áreas do país, 20%. Esse decreto teve sua primeira versão publicada em julho do ano passado. Diante das críticas de ruralistas, Lula editou cinco meses depois uma versão mais amena, com

multas mais leves e prazo maior para o produtor se adequar às leis. Essa nova prorrogação do decreto, que Minc tentou evitar por meio de uma proposta de programa com facilidades para o produtor registrar sua reserva legal, é mais uma vitória dos ruralistas e uma forma encontrada pelo presidente para evitar críticas do setor produtivo na campanha eleitoral de 2010. Pré-candidata ao Planalto, Dilma tem se apresentado como coordenadora de ações antidesmatamento. Anteontem, participou do anúncio da menor taxa anual de desmatamento da Amazônia em 21 anos. O silêncio oficial após a reunião de segunda-feira tem explicação: a prorrogação do decreto ofuscaria o anúncio de redução do desmatamento e colocaria em xeque a principal meta do país para a conferência da ONU sobre mudanças climáticas (reduzir o desmate em 80% na Amazônia até 2020). Na reunião de segunda, além da prorrogação do decreto, Lula e Dilma inclinaram-se por outras medidas para o agronegócio. O presidente deixou predefinido que a compensação de reserva legal terá como limite de compra e venda o mesmo bioma, e não a microbacia hidrográfica. Por exemplo: quem desmatou parte de sua reserva legal no Acre poderá comprar parte da reserva legal de algum proprietário do Tocantins que a tenha acima do limite exigido. A única vitória de Minc foi a inclinação do presidente de manter a exigência de reserva legal em todas as propriedades.

**Por "agricultura familiar", Contag ameaça denunciar governo à ONU – Folha de São Paulo – Brasil – 13/11/2009**

#### DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Por conta da sinalização do governo de excluir o conceito da agricultura familiar das negociações da legislação ambiental, a Contag, principal órgão sindical de trabalhadores rurais do país, ameaça denunciar esse "descaso" à ONU (Organização das Nações Unidas). O recado da direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura foi encaminhado em carta à ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), que recentemente negociou uma extensa pauta de reivindicações com a entidade. "Tal retrocesso à véspera da Conferência Mundial da FAO [braço da ONU para alimentação] nos obrigará a denunciar o descaso do governo com a luta em prol do protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável", afirma trecho da carta. Na última quarta, reportagem da **Folha** revelou que, dois dias antes, o presidente Lula aceitou pedido do Ministério da Agricultura para retirar das negociações o uso do termo "agricultura familiar". As discussões sobre mudanças no Código Florestal ficarão restritas ao tamanho da propriedade, sem contemplar o conceito de agricultura familiar, que vai além da extensão do imóvel. (ES)

**CPI do MST pode nem sair do papel** - Eugênia Lopes – Estado de São Paulo –  
Nacional – 14/11/2009

Passado quase um mês de sua criação, a CPI do MST não saiu do papel e corre o risco de se transformar em um fracasso antes mesmo de começar a funcionar.

Apesar de a maioria dos líderes da Câmara e do Senado não ter indicado até agora os integrantes da comissão destinada a investigar irregularidades em ações do Movimento dos Sem-Terra, os partidos de oposição não parecem se importar como a razão do início dos trabalhos. Existem hoje sete CPIs em atividade no Congresso, todas com funcionamento precário. Na última semana, o líder do DEM no Senado, José Agripino Maia (RN), conversou com governistas para tentar fechar um acordo, pelo qual a oposição ficaria com um dos cargos de comando da CPI do MST, estipulando o prazo de 120 dias (quatro meses) para o funcionamento da comissão. “Não vamos fazer nenhum compromisso de tempo de funcionamento de CPI. Não fecho em 120 dias de jeito nenhum”, reage o líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), ao tomar conhecimento das negociações empreendidas pelo Senado.

A estratégia do governo é empurrar com a barriga a instalação da CPI do MST, ao mesmo tempo em que, se for inevitável seu funcionamento, transformá-la em uma nova CPI da Petrobrás.

Criada com estardalhaço pela oposição, a comissão de inquérito para investigar a estatal do petróleo acabou esvaziada. Sem maioria, os oposicionistas não conseguiram aprovar nenhum requerimento de convocação nem avançar nas apurações de supostas irregularidades e, em protesto, acabaram se retirando da CPI.

‘EIXO’

“Os parlamentares estão muito mais preocupados com suas agendas políticas nos Estados, que os absorvem mais a cada dia que passa. Está difícil mobilizar para a CPI”, atesta o líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), ao garantir que na próxima semana os integrantes da comissão do MST serão indicados.

Para ele, a oposição está “perdida” diante do sucesso do governo Lula. “Eles estão com dificuldades de encontrar um eixo.”

Um acordo tácito entre governistas e oposição deverá deixar na suplência da CPI do MST parlamentares considerados mais radicais. A ideia é não acirrar os ânimos. Grandes fazendeiros teriam expressado preocupação com eventuais atitudes extremadas de parlamentares ruralistas.

Temem que, em represália, o presidente Lula acabe dando mais força ao MST. Por sua vez, os governistas procuram indicar nomes que não são diretamente ligados ao movimento.

Nesse contexto, o PT decidiu escolher o deputado Jilmar Tatto (SP) como relator da comissão.

Nessa CPI é melhor que os indicados não sejam pessoas tão apaixonadas por nenhum dos lados”, observa Tatto, ao defender nomes “mais políticos do que técnicos”. A presidência da CPI deverá ficar com o PMDB do Senado. O líder do partido, senador Renan Calheiros (AL), ainda não indicou os membros.

Com 34 integrantes (17 senadores e 17 deputados), a comissão será dominada por governistas.

Mesmo assim, o Palácio do Planalto age nos bastidores para impedir que os indicados da base aliada sejam ligados aos ruralistas.

É o caso, por exemplo, do deputado Giovani Queiroz (PDT-PA), considerado

um radical com farta munição contra o MST. Líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), já avisou o governo que terá de pôr ruralistas na CPI. Mas comprometeu-se a indicar os menos agressivos.

A CPI do MST será a oitava a entrar em funcionamento no Congresso – existem três comissões de inquérito no Senado e outras quatro na Câmara. “O problema é que as CPIs viraram um instrumento político da oposição para desgastar o governo.

As CPIs não são mais um instrumento de investigação”, afirma o senador Renato Casagrande (PSB-ES). “Vou propor a uma CPI das CPIs para ver porque elas não funcionam”, brinca Cristovam Buarque (PDT-DF).

### **Estratégias cada vez mais agressivas para a compra de terras - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 16/11/2009**

Fundos internacionais de peso têm adotado estratégia cada vez mais agressiva de investir na aquisição de terras no Brasil. Dedicados inicialmente a comprar fazendas em países africanos, asiáticos e do Leste Europeu, fundos de investimentos de bancos, empresas e trabalhadores aproveitaram a ressaca da crise financeira global para reforçar a aposta na produção de alimentos em terras brasileiras.

Levantamento inédito da influente ONG de pesquisas e análises Grain, sediada na Espanha, mostra que um quarto dos 120 principais investidores corporativos globais já têm um pé no Brasil. Esses fundos de investimento, pensão, "private equity" (participação acionária) e "hedge" (proteção) identificados controlam US\$ 10 bilhões em recursos aplicados na aquisição de terras, produção de grãos, florestas industriais e participações em empresas do agronegócio ao redor do mundo.

A tendência relatada pela ONG espanhola aponta para uma corrida global por aquisição de terras em várias regiões do planeta. Missão brasileira ao Oriente Médio no início de novembro detectou forte interesse de fundos e bancos da Arábia Saudita e Emirados Árabes em comprar ativos no Brasil. E o Banco do Brasil apresentou seus planos aos sauditas para criar um fundo de investimento em participações que abrigaria capitais estrangeiros no agronegócio.

O fundo seria uma espécie de "espelho" do recém-lançado "FIP-Agro", ainda em fase de captação de recursos. Poderia ter, segundo relatos, até R\$ 400 milhões para acomodar o assédio de fundos estrangeiros por investimentos em terras e empresas nacionais. "Os sauditas estão com um foco muito grande em segurança alimentar porque têm problemas com água, o que deve levar o país a reduzir sua produção agrícola em breve", diz o diretor da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja), Ricardo Tomczyc, que esteve na missão patrocinada pelo Ministério da Agricultura.

Os produtores começam a desenhar modelos de investimento para atrair esses recursos em parcerias nas empresas ou em logística.

Os investidores apostam na elevação da demanda por alimentos que manterá os preços das commodities em alta. Isso daria uma base sólida para altas taxas de retorno. Alguns fundos esperam taxas acima de 25% ao ano. "Quem controlar recursos essenciais como terra e água poderá fazer 'hedge' contra a inflação. Além disso, os

valores da terra não sofrem fortes variações de outros ativos como ouro e moedas, o que garante a diversificação da carteira de investimentos", diz o estudo da Grain.

Um exemplo desse movimento é o fundo AC Agri Opportunity, criado pela alemã Aquila Capital, administradora de US\$ 2,4 bilhões. O fundo tem US\$ 400 milhões para investir em terras para produção de leite, carne, cana-de-açúcar e grãos. E espera um retorno de 25% em seu investimento na Brazil Agrifund (BAF) nos próximos cinco anos. O britânico Agrifirma, que tem participação da família Rothschild, já comprou 42 mil hectares de terras no Oeste da Bahia.

E o Calyx Agro, que tem Louis Dreyfus e AIG como cotistas, já investiu US\$ 120 milhões na aquisição de 60 mil hectares. O "hedge fund" americano Galtere comprou, em parceria com o Harvest Capital, 25 mil hectares para produzir soja e arroz no Brasil. O Goldman Sachs comprou fatias nas usinas Santelisa Vale e CNAA. O Grupo Iowa tem parceria com a Cargill para produzir algodão, soja e milho em 9 mil hectares.

Um fundo do Morgan Stanley adquiriu 40 mil hectares de terras no país e o português Quifel Natural Resources tem 50 mil hectares de dendê na região Norte. O fundo de "private equity" chinês SinoLatin Capital reservou US\$ 200 milhões para comprar participação em uma empresa de soja no Brasil.

Há quem veja perigo nesse movimento global dos fundos. "É uma tendência que preocupa porque aqui a terra ainda é barata se considerarmos capacidade produtiva, clima e condições de produção", diz o diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Ademiro Vian. "O mundo vai precisar duplicar a oferta de alimentos nos próximos 15 anos. E terra só tem aqui".

Vian afirma que o que está ocorrendo é uma "transferência de patrimônio", já que, na prática, investidores compram a terra de proprietários endividados, renegociam os débitos com os credores e o ativo acaba saindo quase de graça. "E são grandes glebas voltadas à exportação. Podemos virar um quintal produtivo para países ricos, com terras ocupadas por multinacionais em uma grande escala de concentração", observa ele.

## **Os Assentamentos – Sítio Eletrônico do MST – 17/11/2009**

A expressão "assentamento" é utilizada para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de Reforma Agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista. É também um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias camponesas, que ganha vida depois de desapropriado ou adquirido pelos governos federal e ou estaduais, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária.

As famílias assentadas têm o compromisso de promover uma agroecologia cooperada que crie a base material e técnico-científico para repensarmos as nossas relações com a natureza e com os demais seres humanos, e que eleve a produtividade física dos solos e a produtividade do trabalho, negando a lógica técnico-científico do

capital, estimulando a diversificação produtiva modificando nossos hábitos e atitudes frente a natureza, e alterando nossos hábitos de consumo e de alimentação.

Estimulamos as famílias assentadas a organizar a agroindústria de forma cooperativada, que é uma ferramenta fundamental para agregar valor à matéria-prima produzida, garantindo uma renda mensal aos associados; assegurando preços aos produtos e viabilizando a comercialização da produção. Estamos convencidos que o desenvolvimento do campo virá com a interiorização da agroindústria, gerando alternativas de trabalho para a juventude e para as mulheres.

O assentamento representa o desfecho de um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra, por uma heterogeneidade social de famílias camponesas.

Por isso, deve-se compreender os assentamentos como expressão de um impasse da luta social. Por um lado, os assentamentos unem o homem à terra e nela desenvolvendo o trabalho com sua família.

Por outro lado, em um contexto de avanço do modelo agro-exportador com prioridade à produção em grandes áreas para exportação, os assentamentos não conseguiram materializar plenamente suas potencialidades. Infelizmente, os assentamentos não se constituem como expressão de uma política ampla e massiva de democratização da terra no Brasil nem fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento focado no mercado interno, tendo na reforma agrária um de seus elementos estruturadores.

Esse impasse é desfavorável aos trabalhadores e se revela quando analisamos as omissões dos sucessivos governos quanto às suas obrigações contraídas junto aos assentamentos. Pesquisas sobre a qualidade de vida nos assentamentos constaram que os formados entre 1995 a 2001 careciam de diversas estruturas sociais e serviços públicos. Por exemplo: 32% dos assentamentos não tinham casa definitiva; 49% não possuíam água potável; 55% não possuíam eletricidade; 29% das famílias com filhos em idade escolar não tinham acesso à escola de ensino fundamental; 77% não tinham acesso ao nível médio; 62% dos assentamentos não tinham atendimento de saúde emergencial. O passivo social nos assentamentos é enorme, o que reforçou a necessidade das lutas reivindicatória por políticas públicas e justifica a sua intensificação nos anos 90 e 2.000.

Apesar da ausência das ações governamentais dentro dos assentamentos, a condição de vida destas famílias se modificou positivamente. Estudos revelam uma melhoria da vida das famílias assentadas dadas suas condições anteriormente vividas. Uma pesquisa aponta que 66% das famílias pesquisadas apontaram uma melhora no padrão de sua alimentação; 62% perceberam uma melhora no seu poder de compra, sobretudo de bens duráveis e 79% dos entrevistados viram melhoras na forma de habitação. Outro dado revelador da pesquisa referiu-se à confiança no futuro por parte destas famílias: 87% delas acreditam que o futuro será melhor.

Os assentamentos devem buscar resolver as necessidades concretas das famílias, criando condições para o trabalho, para a produção e moradia, ou seja, organizando a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas. Busca-se, com isto, a elevação do nível educacional, cultural e de consciência social-política de todas as famílias.

Desta forma, os assentamentos são a grande contribuição do MST para a sociedade brasileira.

#### **Reparo em dado do IBGE não esconde concentração de terras – Sítio eletrônico do MST – 18/11/2009**

O grau de concentração de terras no país está praticamente inalterado desde 1985, ano que marca o início da redemocratização brasileira. Segundo o 10º Censo Agropecuário 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de Gini - indicador da desigualdade no campo - registra 0,854 pontos, patamar próximo aos dados verificados nas duas pesquisas anteriores: 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985). Quanto mais perto essa medida está do número 1, maior é a concentração na estrutura fundiária.

O mais recente indicador foi oficializado em 5 de novembro, após um "recálculo" do IBGE. Em nota publicada no site da instituição, a diretoria de pesquisas corrigiu o dado inicial do censo, divulgado no final de setembro. O instituto informara na ocasião que o índice de Gini atingia 0,872 pontos, o que representava um crescimento de 1,9% na média nacional.

"O valor correto da área total dos estabelecimentos agropecuários é 0,854", sustenta a nota. Mesmo após a mudança, o novo índice confirma a estrutura agrária nacional como uma das mais desiguais do mundo. Enquanto os estabelecimentos rurais



de menos de 10 hectares ocupam 2,7% da soma de propriedades rurais, as grandes fazendas com mais de 1 mil hectares concentram 43% da área total. Ao todo, cerca de 5,2 milhões de propriedades agropecuárias ocupam 36% do território nacional.

Antes da retificação no processamento dos dados, o gerente do Censo Agropecuário do IBGE, Antonio Carlos Florido, havia declarado ao jornal Folha de S. Paulo que a maior concentração não era "necessariamente algo ruim", já que a terra era explorada por quem tinha capital para investir, o que seria um dos motivos do ganho de produtividade do campo.

No entanto, o próprio Censo Agropecuário identifica problemas relacionados à concentração de terras. "Tanto no Nordeste, como, mais recentemente, no Centro-Oeste, a desigualdade vem acompanhando o processo de modernização produtiva e inserção ao competitivo mercado mundial de commodities agrícolas", afirma o relatório. Essa desigualdade é mais elevada em Alagoas, onde o índice de Gini atinge 0,871 pontos, seguido por Mato Grosso (0,865) e Maranhão (0,864). Os maiores aumentos, contudo, ocorreram em Tocantins (9,1%), São Paulo (6,1%) e Mato Grosso do Sul (4,1%).

Como "potencializadores" desse processo, sobretudo no Centro-Oeste, o IBGE cita a produção em grande escala de grãos, como a soja e o milho, além da expansão mecanizada do algodão e da incorporação de áreas em direção à fronteira agropecuária ao Norte de Mato Grosso. "A monocultura da soja ou do binômio soja-milho, além do algodão, fez por reforçar a desigualdade que marcava a propriedade da terra em uma região historicamente ocupada por uma pecuária ultraextensiva", diz o documento.

O Centro-Oeste concentra o menor número de propriedades rurais (317,5 mil) e a maior área (103,8 milhões de hectares), implicando numa área média de 327 hectares. Já o Nordeste detém o maior número de estabelecimentos (2,4 milhões) e a menor área média (31 hectares). Em relação ao total de propriedades, cerca de 47% têm menos de 10 hectares, enquanto aquelas com mais de 1 mil hectares representam cerca de 1% do total.

### **Fronteira agrícola**

O período abrangido pelo censo - intervalo entre 1995/1996 e 2006 - foi marcado pela incorporação de tecnologias na estrutura produtiva e pela forte expansão do agronegócio, beneficiado pelo ciclo expansivo do comércio agrícola internacional. A nova conjuntura econômica, porém, não democratizou o histórico "fosso" no perfil fundiário do país.

"Chama a atenção a confirmação de um movimento que já era esperado: o avanço do agronegócio para a fronteira da Amazônia. Esse é um dado muito claro.

Tanto que a Região Norte atualmente já participa com 17% da atividade agropecuária. Em 1970, era só 8%", explica o agrônomo Gerson Teixeira, que foi presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) entre os anos de 2000 a 2002. O especialista elaborou uma análise dos dados agregados do setor apresentados no Censo Agropecuário 2006.

A Região Norte foi a maior responsável pela expansão do rebanho bovino, com aumento do plantel de 14 milhões de cabeças (81%). De 1996 para 2006, a participação desse rebanho no total nacional saltou de 11% para 18%. Em 1980, era de apenas 3%. As pastagens se estendem como uma frente pecuarista para o interior do Pará, com o município de São Félix do Xingu (PA) contabilizando um dos maiores rebanhos do país. A criação de bovinos é a atividade mais comum no campo. Segundo o IBGE, o rebanho nacional chegou a 171,6 milhões de cabeças em dezembro de 2006.

As pastagens plantadas expandem-se para o Norte, e a lavoura aumenta mais no Centro-Oeste. A área cresceu 5,8 milhões de hectares (39,7%) na Região Norte, sobretudo em Rondônia (1,9 milhão de hectares) e no Pará (3,2 milhões de hectares). As áreas de lavouras permanentes também se expandiram em maiores escalas no Centro-Oeste (188%) e no Norte (155%).

As duas regiões foram as que apresentaram, também, as maiores taxas de expansão de áreas com lavouras temporárias, ficando o Norte em primeiro (89%) e o Centro-Oeste em segundo lugar (82%). Houve ainda uma redução de 12,1 milhões de hectares (-11%) nas áreas com matas e florestas contidas em estabelecimentos agropecuários em relação a 1996. Foram menos 6,8 milhões de hectares no Norte, concentrados em Rondônia e Pará, e 3,2 milhões de hectares no Centro-Oeste, sobretudo no Mato Grosso.

### **Capital estrangeiro**

Para Gerson, a concentração verificada pelo IBGE reflete três processos ligados diretamente à entrada do capital estrangeiro. Ele cita a expansão dos agrocombustíveis, em especial do etanol, a corrida de capitais na compra de terras em países em desenvolvimento com potencial agrícola - movimento detectado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) -, e a formação do mercado de carbono, que também teria direcionado investimentos com expectativa de especulação.

"A legislação que está em vigor não é eficaz para fazer a regulação das formas de penetração do capital estrangeiro na compra de terras no Brasil", argumenta o agrônomo. O Programa Terra Legal, criado neste ano pelo governo, determina que os

proprietários beneficiados podem vender os seus títulos de posse apenas para brasileiros na Amazônia Legal. Além disso, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, também já defendeu publicamente o estabelecimento de um limite para o tamanho da propriedade rural no país.

Nesse cenário de valorização da terra, o IBGE detectou a continuidade do êxodo rural. Em 1996, a população rural era de 33,9 milhões de pessoas (22% do total). Em 2006, esse índice caiu para 28,7 milhões (equivalente a 15% da população). "É muito acentuado", surpreende-se Gerson. O agrônomo sustenta que o êxodo foi alimentado, basicamente, pelo abandono de atividade agrícola. "Não foi por falta de recurso, mas pela inadequação das políticas ofertadas, que acabam acelerando a saída da turma do campo".

O pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, em 2006, foi de 16,5 milhões de pessoas; um contingente 1,3 milhão inferior ao registrado em 1996. Embora a soma de suas áreas represente apenas 30% do total, os lotes inferiores a 200 hectares responderam por 84% das pessoas ocupadas nas propriedades rurais. Quase 12 milhões tiveram empregos temporários em 2006 (até 180 dias no ano). Mais de 1 milhão de crianças com menos de 14 anos de idade trabalhavam no campo.

### **Agricultura familiar**

O fluxo em direção às cidades, analisa o agrônomo, está articulado com o "sumiço" de propriedades menores de 10 hectares (mini agricultura familiar), sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste. No Norte, essas pequenas propriedades, que ainda representam 27% do número total de estabelecimentos da região, perderam 25% do seu território (124 mil hectares) de 1996 a 2006. No Nordeste, a perda de área nessa faixa foi de 325 mil hectares (-8%). Segundo ele, os dados desse estrato evidenciam a continuidade do processo de concentração que vem desde a década de 1980.

"É um processo de definhamento muito grave", afirma Gerson. "Do ponto de vista político, significa que toda política de estímulo à agricultura familiar não está gerando o efeito esperado". A agricultura familiar, complementa, está perdendo participação na geração de renda: a atividade patronal gera 66% da renda, e a familiar, 34 %. "O valor bruto da produção teve média de R\$ 3 mil no ano só em estabelecimentos pequenos. É um retrato da situação de risco para esse segmento da base", adiciona.

Segundo o pesquisador, os dados do IBGE mostram que a política agrária não conseguiu atingir o seu principal objetivo no país. "O programa de reforma agrária passou a ter um caráter peculiar no Brasil, que é o de ser reativo aos conflitos. Como a

concentração de terras se manteve, é possível afirmar que o programa não assumiu dimensão redistributiva. É sinal de que o programa de reforma agrária não teve eficácia no seu principal propósito".

### **Ocupações**

Como reação à concentração, cresce o número de ocupações de terra, principalmente em São Paulo. A expansão da cana-de-açúcar em terras paulistas está traduzida em números: o estado atingiu a marca de 60% da produção nacional em 2006. Levantamento do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), ligado à Universidade Estadual Paulista (Unesp), indica que foram registradas, no primeiro semestre de 2008, 36 ocupações com a participação de 2.414 famílias no estado. No mesmo período de 2009, houve 68 ocupações, que mobilizaram 4.096 famílias.

O estudo do Nera, elaborado pelos pesquisadores Tomás Sombini Druzian e Nallígia Tavares de Oliveira, observa um aumento da luta contra o agronegócio. "Esta é a contradição estrutural da questão agrária no capitalismo hoje: os movimentos socioterritoriais lutam pela terra tanto na fronteira agrícola na Amazônia, onde o agronegócio desterritorializa camponeses e indígenas, como no estado de São Paulo, onde o agronegócio está consolidado e enfrenta as ações dos movimentos camponeses", diz a análise. Já o Censo de 2006 coloca que a especialização em lavouras "modernizadas" de cana-de-açúcar no estado "repele" o produtor com menor grau de capitalização.

### **Expansão**

Nesse contexto de fortalecimento do agronegócio, a soja foi a cultura que mais cresceu nos últimos dez anos, registrando um aumento de 88% na produção e 69% na área colhida. Isso representa uma expansão de 6,4 milhões de hectares, em grande parte no Centro-Oeste. Os dados do IBGE mostram que esse crescimento acelerado se deu à base de produtos geneticamente modificados. Cerca de 46% dessas propriedades utilizaram sementes transgênicas, com uso disseminado de agrotóxicos nas lavouras.

As dívidas também se multiplicam. Cerca de 91% dos produtores apontaram os bancos como uma das fontes de recursos e 85% receberam dinheiro de programas governamentais. As propriedades com 1 mil ou mais hectares captaram 43% dos recursos, mesmo representando apenas 0,9% do total de estabelecimentos que obtiveram financiamentos. As unidades que possuem menos de 100 hectares representam 36% da dívida contabilizada.

Metade dos proprietários que obtiveram financiamento declararam ter como finalidade o "custeio". O "investimento" aparece em segundo lugar, com 40%. Já o item "manutenção" foi declarado por 8% dos estabelecimentos. As propriedades que têm como atividade principal a cana-de-açúcar ficaram com a maior participação no valor da produção agropecuária (14%), seguidos por aqueles que se dedicam prioritariamente ao cultivo de soja (14%), à criação de bovinos (10%) e ao cultivo de cereais (9%).

### **Golpe contra camponeses – Sítio eletrônico do MST – 23/11/2009**

#### Da Carta Capital

Em dezembro passado, a senadora Kátia Abreu, do DEM Tocantins, assumiu a presidência da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) com um discurso pretensamente modernizador. Previa uma nova inserção social dos produtores rurais por meio de “rupturas” no modo de se relacionar com o mercado, o consumidor, o governo e a economia global. Pretendia, segundo ela mesma, “remover os preconceitos” que teriam isolado os ruralistas do resto da sociedade brasileira e cravado neles a pecha de “protótipos do atraso”. Diante de uma audiência orgulhosa da primeira mulher a assumir o comando da CNA, Kátia concluiu: “Somos o que somos e não quem nos imaginam (sic)”. Foi efusivamente aplaudida. E tornou-se musa dos ruralistas.

Talvez, em transe corporativo, a platéia não tenha percebido, mas a senadora parecia falar de si mesma. Aos 46 anos, Kátia Abreu é uma jovem liderança ruralista afeita à velha tradição dos antigos coronéis de terras, embora, justiça seja feita, não lhe pese nos ombros acusações de assassinatos e violências outras no trato das questões agrárias que lhes são tão caras. A principal arma da parlamentar é o discurso da legalidade normalmente válido apenas para justificar atos contra pequenos agricultores.

Com a espada da lei nas mãos, e com a aquiescência de eminências do Poder Judiciário, ela tem se dedicado a investir sobre os trabalhadores sem-terra. Acusa-os de serem financiados ilegalmente para invadir terras Brasil afora. Ao mesmo tempo, pede uma intervenção federal no estado do Pará e acusa a governadora Ana Júlia Carepa de não cumprir os mandados de reintegração de posse expedidos pelo Judiciário local. O foco no Pará tem um objetivo que vai além da política. A senadora, ao partir para o ataque, advoga em causa própria.

Foram ações do poder público que lhe garantiram praticamente de graça extensas e férteis terras do Cerrado de Tocantins. E mais: Kátia Abreu, beneficiária de

um esquema investigado pelo Ministério Público Federal, conseguiu transformar terras produtivas em áreas onde nada se planta ou se cria. Tradução: na prática, a musa do agronegócio age com os acumuladores tradicionais de terras que atentam contra a modernização capitalista do setor rural brasileiro.

De longe, no município tocantinense de Campos Lindos, a mais de 1,3 mil quilômetros dos carpetes azulados do Senado Federal, ao saber das intenções de Kátia Abreu, o agricultor Juarez Vieira Reis tentou materializar com palavras um conceito que, por falta de formação, não lhe veio à boca: *contras-senso*.

Expulso em 2003 da terra onde vivia, graças a uma intervenção política e judicial capitaneada pela senadora do DEM, Reis ruma o nome da ruralista como quem *masca capim danado*. Ao falar de si mesmo, e quando pronuncia o nome Kátia Abreu, o camponês de 61 anos segue à risca o conselho literal da própria. Não é, nem de longe, quem ela imagina.

Em 2002, Reis foi expulso das terras onde havia nascido em 1948. Foi despejado por conta de uma reforma agrária invertida, cuja beneficiária final foi, exatamente, a senadora. Classificada de "grilagem pública" pelo Ministério Público Federal do Tocantins, a tomada das terras de Reis ocorreu numa tarde de abril daquele ano, debaixo da mira das armas de quinze policiais militares sob as quais desfilaram, como num quadro de Portinari, o agricultor, a mulher Maria da Conceição, e dez filhos menores. Em um caminhão arranjado pela Justiça de Tocantins, o grupo foi despejado, juntamente com parte da mobília e sob um temporal amazônico, nas ruas de Campos Lindos. "Kátia Abreu tem um coração de serpente", resmunga, voz embargada, o agricultor, ao lembrar o próprio desterro.

Em junho de 2005, Reis reuniu dinheiro doado por vizinhos e amigos e foi de carona a Brasília a fim de fazer, pessoalmente, uma reclamação na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Na capital federal, alojou-se na casa de amigos, no miserável município goiano de Águas Lindas, e se alimentou de restos de almoço servido numa pensão da cidade.

Aos técnicos da comissão apresentou documentos para provar que detinha a posse da terra em questão de 545 hectares, desde 1955, parte da fazenda Coqueiros, de propriedade da família, numa região conhecida como Serra do Centro. De acordo com a documentação apresentada pelo agricultor, uma ação de usucapião da fazenda havia sido ajuizada em agosto de 2000.

Após esse ajuizamento, um vizinho de Reis, o também agricultor Antônio dos Santos, ofereceu-lhe para venda de uma área contígua de 62 hectares, sob sua posse

havia onze anos, cuja propriedade ele alegava ser reconhecida pelo governo de Tocantins. O negócio foi realizado verbalmente por 25 mil reais como é costume na região até a preparação dos papéis. Ao estender a propriedade, Reis pretendia aumentar a produção de alimentos (arroz, feijão, milho, mandioca, melancia e abacaxi) de tal maneira de sair do regime de subsistência e poder vender o excedente.

Ele não sabia, mas as engrenagens da máquina de triturar sua família haviam sido acionadas uns poucos anos antes, em 1996, por um decreto do então governador do Tocantins Siqueira Campos (PSDB). O ato do tucano, mítico criador do estado que governou por três mandatos, declarou de “utilidade pública”, por suposta improdutividade, um área de 105 mil hectares em Campos Lindos para fins de desapropriação. Protocolada pela comarca de Goiatins, município ao qual Campos Lindos foi ligado até 1989, a desapropriação das terras foi tão apressada que o juiz responsável pela decisão, Edimar de Paula, chegou à região em um avião fretado apenas para decretar o processo. O magistrado acolheu um valor de indenização irrisório (10 mil reais por hectare), a ser pago somente a 27 produtores da região.

Do outro lado da cerca ficaram 80 famílias de pequenos agricultores. A maioria ocupava as terras a pelo menos 40 anos de forma “mansa e pacífica”, como classifica a legislação agrária, cujas posses foram convertidas em área de reserva legal, em regime de condomínio, sob o controle de grandes produtores de soja. Na prática, os posseiros de Campos Lindos passaram a viver como refugiados ilegais nessas reservas, torrões perdidos na paisagem de fauna e flora devastados de um Cerrado em franca extinção. Sobre as ruínas dessas famílias, o governador Siqueira Campos montou uma confraria de latifundiários alegremente formada por amigos e aliados. A esse movimento foi dado um nome: Projeto Agrícola de Campos Lindos.

Em 1999, quatro felizardos foram contemplados com terras do projeto ao custo de pouco menos de 8 reais o hectare (10 mil metros quadrados), numa lista preparada pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (Faet). A federação teve o apoio da Companhia de Promoção Agrícola (Campo), entidade fundada em 1978, fruto do acordo entre consórcios que implantaram o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecce) em parceria com o Banco do Brasil e com cooperativas de produtores.

Escrúpulos às favas, os dirigentes de ambas as instituições se esbaldaram nas posses de Campos Lindos. À época, a presidente da Faet era ninguém menos que Kátia Abreu, então deputada federal pelo ex-PFL. No topo da lista, a parlamentar ficou com um lote de 1,2 mil hectares. O irmão dela, Luiz Alfredo Abreu, abocanhou uma área do

mesmo tamanho. O presidente da Campo, Emiliano Botelho, também não foi esquecido: ficou com 1,7 mil hectares.

Dessa forma, um ambiente de agricultura familiar mantido ao longo de quase meio século por um esquema de produção de alimentos de forma ecologicamente sustentável foi remarcado em glebas de latifúndio e entregue a dezenas de indivíduos ligados ao governador Siqueira Campos. Entre elas também figuraram Dejandir Dalpasquale, ex-ministro da Agricultura do governo Itamar Franco, Casildo Maldaner, ex-governador de Santa Catarina, e o brigadeiro Adyr da Silva, ex-presidente da Infraero. Sem falar numa trupe de políticos locais, entre os quais brilhou, acima de todos, a atual presidente da CNA.

O resultado dessa política pode ser medido em números. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção de soja em Campos Lindos cresceu de 9,3 mil toneladas, em 1999, para 127,4 mil toneladas em 2007. Um crescimento de 1.307% em apenas oito anos. O mesmo IBGE, contudo revela a face desastrosa desse modelo de desenvolvimento. No Mapa da Pobreza e Desigualdade, divulgado também em 2007, o município apareceu como o mais pobre do País. Segundo o IBGE, 84% da população vivia da pobreza, dos quais 62,4% em estado de indigência.

No meio das terras presenteadas por Siqueira Campos a Kátia Abreu estava justamente o torrão de Reis, a fazenda Coqueiro. Mas, ao contrário dos demais posseiros empurrados para as reservas do Cerrado, o agricultor não se deu por vencido. Tinha a favor dele documentos de propriedade, um deles datado de 6 de setembro de 1958 e originário da Secretaria da Fazenda de Goiás, antes da divisão do estado. O documento reconhece as terras da família em nome do pai, Mateus Reis, a partir dos recibos dos impostos territoriais de então. De posse dos papéis, o pequeno agricultor tentou barrar a desapropriação na Justiça. A hoje senadora partiu para a ofensiva.

Em 11 de dezembro de 2002, Kátia Abreu entrou com uma ação de reintegração de posse em toda a área, inclusive dos 545 hectares onde Reis vivia havia cinco décadas. Ela ignorou a ação de usucapião em andamento, que dava respaldo legal à permanência dos Reis na terra. Para fundamentar o pedido de reintegração de posse, a então deputada alegou em juízo que Reis, nascido e criado no local, tinha a posse da fazenda Coqueiro por menos de um ano e um dia, providencial adequação ao critério usado na desapropriação.



Para comprovar o fato, convocou testemunhas que moravam a mais de 800 quilômetros da área de litígio. Incrivelmente, a Justiça de Tocantins acatou os termos da ação e determinou que a expulsão da família de Reis da fazenda Coqueiro e dos 62 hectares recém-comprados. Ignorou, assim, que a maior parte das terras utilizada há 50 anos ou, no mínimo, há mais de dois anos, como ajuizava o documento referente ao processo de usucapião. Reis foi expulso sem direito a indenização por qualquer das benfeitorias construídas ao longo das cinco décadas de ocupação da terra, aí incluídos a casa onde vivia a família, cisternas, plantações (mandioca, arroz e milho), árvores frutíferas, pastagens, galinhas, jumentos e porcos.

A exemplo da Kátia Abreu, os demais agraciados com as terras tomadas dos agricultores assumiram o compromisso de transformar as terras produtivas em dois anos. O prazo serviu de alibi para um ação predatória dos novos produtores sobre o Cerrado e a instalação desordenada de empresas e grupos ligados ao mercado da soja. Até hoje a questão do licenciamento ambiental da área abrangida pelo Projeto Agrícola Campos Lindos não foi resolvida por órgãos ambientais locais. Mas nem isso a senadora fez..

Signatário, com outros três colegas, de um pedido de intervenção federal no Tocantins em 2003, justamente por causa da distribuição de terras de Campos Lindos feita por Siqueira Campos a amigos e aliados, o procurador federal Alvaro Manzano ainda espera uma providência. “Houve uma inversão total do processo de reforma agrária. A desapropriação foi feita para agradar amigos do rei.”

Há cinco meses, o agricultor Reis voltou à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Ele luta pra forçar o Tribunal de Justiça de Tocantins a julgar tanto a ação de usucapião de 2000 como o pedido de liminar impetrado há seis anos para garantir a volta da família, hoje acrescida de 23 netos, à fazenda Coqueiro. “Não tem força no mundo, moço, que faça essa Justiça andar”, reclama o agricultor. Ele atribuiu a lentidão à influência da senadora no Judiciário local. Procurada por Carta Capital, Kátia Abreu não respondeu ao pedido de entrevista.

Quatro anos atrás, a família Reis conseguiu se alojar numa chácara de 42 hectares ocupada por um dos filhos há dez anos. Lá, quase vinte pessoas vivem amontoadas em uma casa de dois cômodos, feita de sapê e coberta de palha de babaçu em meio a porcos, galinhas e cachorros. No terreiro coberto da residência, infestado de moscas, as refeições são irregulares, assim como os ingredientes dos pratos, uma mistura aleatória de arroz, mandioca, pequi, abacaxi, feijão e farinha.

Toda vez que um motor de carro é ouvido nas redondezas, todos se reúnem instintivamente nos fundos da casa, apavorados com a possibilidade de um novo despejo. Cercado de filhos e netos, Reis não consegue esconder os olhos marejados quando fala do próprio drama. “Fizeram carniça da gente. Mas não vou desistir até recuperar tudo de novo.”

Em 19 de junho, um dia após a última visita de Reis à Câmara dos Deputados, o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Luiz Couto (PT-PB), encaminhou um ofício endereçado ao Conselho Nacional de Justiça para denunciar a influência de Kátia Abreu na Justiça do Tocantins e pedir celeridade nos processos de Reis. O pedido somente agora entrou na pauta do CNJ, mas ainda não foi tomada nenhuma medida a respeito. Nos próximos dias, corregedor do conselho, Gilson Dipp, vai tornar público o relatório de uma inspeção realizada no Tribunal de Justiça do Tocantins, no qual será denunciada, entre outros males, a morosidade deliberada em casos cujos réus são figuras políticas proeminentes no estado.

Há três meses, ao lado de uma irmã e um filho, Reis voltou à fazenda Coqueiro para averiguar o estado das terras depois da ocupação supostamente produtiva da senadora. Descobriu que nem um pé de soja - nem nada – havia sido plantado no lugar. “Desgraçaram minha vida e da minha família para deixar o mato tomar conta de tudo”, conta Reis.

Com o auxílio de outros filhos, recolheu tijolos velhos da casa destruída pelos traidores da parlamentar do DEM e montou um barraco sem paredes, coberto de lona plástica e palha. Decidiu por uma retomada simbólica da terra, onde reiniciou um roçado de mandioca. Na chácara do filho, onde se mantém como chefe da família, ainda tem tempo para rir das pirraças de uma neta de apenas 4 anos. Quando zangada, a menina não hesita em disparar, sem dó nem piedade, na presença do avó: “Meu nome é Kátia Abreu”.

**Sintonia entre capital e Estado mantém a violência no campo** – Sítio Eletrônico do MST – 23/11/2009

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresenta à sociedade os dados parciais de conflitos e de violência no campo relativos ao período de janeiro a 15 de novembro de 2009. Como sempre alertamos que estes dados são parciais, não só porque se referem a um período do ano, mas também porque ainda poderão chegar ao nosso Setor de

Documentação novas informações que serão incorporadas ao que já está registrado. Isto significa que pode haver alteração nos dados do período.

Os dados mostram que os Conflitos no Campo teimam em persistir, bem como a violência, que, mesmo com oscilações nos números, cresce, com uma presença dramática na vida do povo do campo.

Os totais do período, para o Brasil, apresentam uma diminuição nos números de conflitos – 942 em 2008, 731 em 2009. Já o número de ocupações se manteve praticamente estável: 232 em 2008, 231 em 2009; o de acampamentos apresentou redução, de 37 para 32. Houve um declínio no número de expulsões, de 1.612 para 1.321, mas, em contrapartida, a ação do Estado aumentou em 16,6 % o número de despejos: 9.226 em 2009, 7.913 em 2008. Este número é maior que o total de despejos de todo o ano de 2008, 9.077.

O número de assassinatos é de 20, no mesmo período dos dois anos (não estão incluídos em 2009, os cinco sem-terra assassinados em Pernambuco, ainda no primeiro semestre, pois está em investigação). Esse dado indica um aumento da violência: em 2008, a cada 47 conflitos houve um assassinato, já, em 2009, ocorreu um assassinato a cada 36,5 conflitos. As tentativas de assassinato passaram de 36 em 2008, para 52 em 2009. O número de ameaçados de morte teve um leve recuo, de 64 para 62, e o de presos um pequeno aumento, de 154 para 156. Já o que mais se destaca é em relação ao número de torturas que disparou de 3 em 2008, para 20 em 2009, enquanto o de pessoas agredidas recuou de 675 para 241. O trabalho escravo também apresentou números menores, tanto de ocorrências - 222 em 2008, 179 em 2009 - quanto de trabalhadores em situação de escravidão – 5.911 em 2008, 5.027 em 2009 - e de libertados, 4.259 em 2008 e 3.335 em 2009. Mas é de se ressaltar que ele está presente em 18 estados da federação, em todos os das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Em 2009, o número de menores em situações de trabalho escravo cresceu de 83 para 106.

O que mais chama a atenção nos dados é que a região Sudeste foi a que apresentou crescimento em praticamente todos os números, tanto de violência quanto de conflitos, e o maior número de trabalhadores libertados do trabalho escravo, 36,2% do total. Nesta região, ao lado do desenvolvimento industrial e tecnológico, continuam a concentração de terras, muitas delas griladas - pelo menos 325.000 hectares no Pontal do Paranapanema e milhares de hectares na região de Iaras, onde ocorreu o conflito com a Cutrale – e situações colonialistas de relações de trabalho, camufladas e disfarçadas pelo domínio do mercado, considerado o reino da liberdade.

Também é de se destacar que a violência disparou no Centro-Oeste, tanto nos números de assassinatos, de tentativas de assassinato e de ameaçados de morte, como também no número de expulsões e despejos.

No Nordeste cresceu o número de trabalhadores presos, agredidos e torturados. O Norte mantém a liderança em assassinatos e trabalho escravo e no Sul dispara o número de pessoas torturadas, 14 das 20 registradas.

### **Aumenta o número de conflitos e de violência na Região Sudeste**

O que mais chama a atenção nos números que ora a CPT divulga é que a região Sudeste, a mais industrializada e desenvolvida do país, foi onde o número de conflitos e de violência no campo mais aumentou, em relação a igual período de 2008. O número total de conflitos - por terra, água, trabalhistas – teve um aumento de 31%, passou de 126, envolvendo 104.071 pessoas, em 2008, para 165 em 2009, envolvendo 112.796 pessoas. Só os conflitos por terra tiveram um crescimento de 81%, 80 em 2008, 145 em 2009. Numa tendência inversa ao restante do país a região apresentou crescimento no número de ocupações, de 56 para 95, e no número de acampamentos que triplicou, de 2 para 6.

Em relação à violência contra os trabalhadores do campo, os dados mostram crescimento de 200% tanto no número de assassinatos quanto no de ameaças de morte (nenhum em 2008, 2 em 2009). As tentativas de assassinato apresentaram crescimento de 600% (1 em 2008; 7 em 2009). O número de presos saltou de 3 para 42 (1300%!). Só houve queda no número de pessoas agredidas, de 119 em 2008, para 5 em 2009 (- 96%). Cresceu o número de famílias expulsas pelo poder privado (ação do próprio fazendeiro), passou de 49 para 63, e o de famílias despejadas quase dobrou, 1.472 em 2008, 2.648 em 2009. Em relação ao trabalho escravo, o número de ocorrências diminuiu de 17, em 2008, para 15 em 2009, mas o número de trabalhadores em situação de escravidão quase triplicou. Passou de 444, em 2008, para 1.207 em 2009. Na região ocorreram 36,2% de todos os resgates de trabalhadores escravos neste período

### **Violência dispara no Centro-Oeste**

O Centro-Oeste, mesmo apresentando diminuição no número de conflitos, de pessoas envolvidas, de ocupações e de acampamentos, registrou os maiores percentuais de crescimento da violência. O número de assassinatos passou de 1 para 4; as tentativas de assassinato cresceram de 1 para 14; as ameaças de morte de 1 para 17; o número de famílias expulsas passou de 0 para 211 e as despejadas de 695 para 1.235. Em relação ao trabalho escravo houve menos ocorrências, 39 em 2008 e 24 em 2009, e menor

número de pessoas submetidas a condições análogas à escravidão, 1.515 em 2008, 448 em 2009.

#### **Nordeste: cresce o número de trabalhadores presos, agredidos e torturados**

O Nordeste teve redução no número de conflitos, de ocupações e acampamentos, e, também, no número de assassinatos – 6 para 4 - e de tentativas de assassinato – 11 para 8. Apresentou crescimento no número de ameaçados de morte – 20 para 22 – e um aumento significativo nos números de tortura -1 para 5. Aumentou também a quantidade de trabalhadores presos - 8 para 49 - e agredidos - de 39 para 89. Cresceu, ainda, o número de famílias expulsas, 772 em 2008, 969 em 2009 e o número de famílias despejadas mais que triplicou. Passou de 1.195 para 3.830 (220% a mais).

#### **Região Norte ainda é campeã em número de assassinatos e de trabalho escravo**

A região Norte ainda é, em números absolutos, campeã nas ocorrências de assassinato (9), número, porém, inferior ao ano de 2008 (12). É campeã também em ocorrências de trabalho escravo, 83, também inferior às 111 de 2008. Mas é de se ressaltar que, em 2009, cresceu o número de trabalhadores submetidos a situações análogas à escravidão: 2.002, enquanto que em 2008 foram 1.638. Na região cresceu, também, o número de acampamentos, passou de 7 para 11.

#### **14 das 20 pessoas torturadas, o foram no Sul**

O Sul foi a região que apresentou o maior número de casos de tortura, 14 dos 20 registrados em todo o Brasil. Todos eles no Rio Grande do Sul. Também houve um aumento significativo no número de ocorrências de trabalho escravo. Foram 21 ocorrências em 2009, 14 em 2008.

O que os números mostram é que cresce a pressão e a violência contra os trabalhadores, sobretudo na região mais desenvolvida, o Sudeste, e onde cresce mais rapidamente o agronegócio, o Centro-Oeste. Mostram também que os movimentos do campo não estão mortos. O que os números não mostram é a agressão simbólica cada vez maior sobre os trabalhadores e seus movimentos, praticada pelos meios de comunicação a serviço do agronegócio. A mídia consegue criar uma imagem negativa dos movimentos do campo, enquanto exalta o desempenho do agronegócio. A mídia criou indignação nacional pela destruição de uns dois hectares plantados com laranja, mas pouca ou nenhuma atenção dá às milhares de pessoas expulsas ou despejadas, tendo destruídos todos os bens de que necessitam para sobreviver. A CPMI contra a reforma agrária, contra o MST, foi forjada em perfeita sintonia entre os meios de comunicação e os empresários do agronegócio, para criminalizar e tentar desestruturar

os movimentos do campo, com o objetivo de garantir que o dispositivo constitucional que limita o direito à propriedade ao cumprimento de sua função social, continue, na prática, letra morta.

**Incrá tira de Serra reforma agrária no Pontal** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 26/11/2009

### SOROCABA

O governo federal decidiu assumir parte das atividades que o governo de São Paulo vinha desempenhando na execução da reforma agrária no Estado.

Com a manobra, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) não terá mais exclusividade nas tarefas de vistoriar áreas que podem ser destinadas para a instalação de assentamentos rurais, arrecadá-las e, mais tarde, dar assistência técnica aos assentados.

As medidas, reveladas pelo superintendente do Incra em São Paulo, Raimundo Pires da Silva, indicam uma estratégia de monopolização da reforma no Estado. E também disposição para o confronto político.

As decisões foram tomadas de maneira unilateral e até ontem o presidente do Itesp, Gustavo Ungaro, não havia sido informado oficialmente. Indagado pelo **Estado**, disse que considera que a arrecadação de terras deve ser feita pelo órgão estadual.

São Paulo é visto como o Estado em que o projeto do governo Lula está dando certo. Nos últimos anos, o Incra intensificou o assentamento de famílias e iniciou um intenso processo de terceirização de serviços. O órgão federal já ultrapassou o Itesp em número de famílias assentadas, embora o Estado ainda administre o maior número de assentamentos.

São 131 assentamentos estaduais, com 6.488 famílias.

O Incra já chegou a 109 assentamentos, com 9.529 famílias.

Do total de assentamentos federais, 66 foram feitos no governo Lula, reunindo 5.343 famílias.

Destes, 43 estão na região de Andradina, oeste paulista.

As ações de governo rendem dividendos políticos: com a terra, o assentado ganha direito a verba para investir na infraestrutura do lote, na produção agrícola, na construção de moradia e em sistemas de abastecimento.

Tem ainda a garantia de vender a produção para o próximo governo.

Silva nega o cunho político das mudanças, mas revela que São Paulo se tornou uma das principais apostas do projeto de reforma agrária do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “

Estamos fazendo praticamente um assentamento por mês.”

Desde 2003, o Incra repassou cerca de R\$ 6 bilhões para assentar famílias no Estado.

Quase toda a verba ficava à disposição do Itesp para custear desapropriações e indenizações de benfeitorias em terras públicas.

Parte do recurso bancava convênios para vistorias em áreas a serem desapropriadas.

O superintendente justificou as mudanças como exigência dos órgãos de controle, que recomendaram a contratação de serviços com licitação no lugar dos

convênios. “Assim que tivermos recursos para as vitórias vamos fazer as licitações. E quando o Itesp nos oferecer as áreas, faremos convênios especificamente para aquele tipo de aquisição e mobilizaremos o recurso”, diz Silva.

Ele alega que, como o dinheiro ficava à disposição, às vezes não era aplicado e voltava para a União.

#### PARCERIA

O Incra vai ampliar sua ação no Pontal do Paranapanema, principal reduto de atuação do governo paulista. Dos 131 assentamentos estaduais, 93 estão nessa região, que concentra também o maior número de conflitos.

De acordo com Silva, o órgão vai atuar até mesmo na obtenção de terras públicas, o que vinha sendo feito com exclusividade pelo Itesp. O superintendente destacou que isso significa abrir uma parceria “vitoriosa” com o instituto.

Recentemente, o Incra instalou núcleos de apoio em Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Presidente Epitácio, cidades que têm escritórios do Itesp.

De acordo com levantamento divulgado por pesquisadores da Unesp, São Paulo é o Estado onde os movimentos de sem-terra se mostram mais atuantes em todo o País. No primeiro semestre, enquanto as invasões de terra declinavam em outras regiões, em São Paulo subiam quase 80% em relação ao mesmo período de 2008.

Diretor aguarda resposta oficial sobre convênio Até ontem, o diretor executivo do Itesp, Gustavo Ungaro, não tinha sido informado oficialmente sobre as medidas anunciadas pelo Incra. “Encaminhamos proposta de renovação do convênio e aguardamos uma resposta oficial”, disse. “O convênio terminou, mas o processo de arrecadação de terras não se encerrou.”

Segundo Ungaro, o órgão tem mais de 50 ações judiciais em andamento com objetivo de reverter para o patrimônio do Estado cerca de 200 mil hectares de terras no Pontal do Paranapanema.

Parcerias realizadas sem a participação do Itesp, diz Ungaro, não estão dando bons resultados. “São decisões que geraram insatisfação entre os servidores públicos, tanto do Itesp quanto do próprio Incra.”

### **MST exige novos índices de produtividade - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 26/11/2009**

Em Brasília, representantes do Fórum Nacional da Reforma Agrária cobraram do governo federal uma posição mais firme em defesa da distribuição de terras. Durante encontro com o ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência,

Gilberto Carvalho, chefe de gabinete da Presidência, e Rolf Hackbart, presidente do Incra, eles exigiram imediata atualização dos índices de produtividade da terra. Também cobraram mobilização do apoio do governo no Congresso para evitar a aprovação de projetos vistos por eles como tentativas de desmonte da política de reforma.

Dulci assegurou que o governante seus compromissos

com a reforma agrária, considerada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o melhor caminho para diminuir desigualdades no mundo rural. Mas tanto ele quanto os outros representantes do governo não estabeleceram data para mudança dos índices, uma vez que a decisão seria do presidente. Na saída receberam uma carta com as reivindicações do FOLRUM, para ser entregue a Lula.

A entidade agrega organizações como Movimento dos Sem-Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No encontro, seus líderes manifestaram preocupação com as atividades da bancada ruralista no Congresso.

“Estão tramitando projetos que visam a retirar da alçada do Executivo ações essenciais para a reforma, como as desapropriações de terras e a atualização dos índices de produtividade”, disse José Batista de Oliveira, da coordenação nacional do MST. “Também está havendo uma tentativa de desmonte da legislação ambiental.”

EMBATE

Para as organizações que integram o FOLRUM, a atualização dos índices de produtividade, em vigor

há mais de 30 anos, constitui medida fundamental para o avanço da reforma. Uma vez que as propriedades rurais que não alcançam os índices legais são consideradas improdutivas – e, portanto, podem ser desapropriadas e destinadas à reforma –, a atualização permitiria arrecadar mais terras.

Esse critério foi estabelecido na Constituição de 1988, mas até hoje nenhum presidente tomou a iniciativa de mudar os indicadores.

Uma das razões disso é a oposição da bancada ruralista no Congresso e das organizações de proprietários, que veem na medida uma ameaça ao direito de propriedade. A cada vez que o governo federal acena com uma possível mudança, a reação é imediata.

Em agosto, quando o ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, anunciou que os índices seriam alterados em setembro, os ruralistas instalaram no Congresso a CPI do MST, destinada a investigar possíveis irregularidades nas transferências de dinheiro do governo federal para associações ligadas a aquela organização.

A CPI não decolou, mas a atualização dos índices também não saiu do chão da promessa.

Na carta enviada ontem ao presidente Lula, os integrantes do FOLRUM “exigem” ainda o assentamento das famílias acampadas em todo o Brasil. São os assentamentos do MST reunem 80 mil famílias, segundo dados da própria organização. ●



A Fetraf-Sul ainda está aguardando que o Presidente Lula cumpra acordo que o Ministério Meio Ambiente(MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Casa Civil celebraram em maio com agricultores familiares, entidades ambientalistas e frentes parlamentares com relação a uma política ambiental diferenciada para a agricultura familiar. Para isso, é necessário a assinatura, em regime de urgência, dos decretos presidenciais que regulamenta simplificação de procedimentos para averbação de reserva legal e que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de apoio à regularização ambiental da Agricultura familiar, dos Povos e Comunidades Tradicionais, cuja adesão do agricultor suspende a aplicabilidade das penalidades previstas no Decreto 6514/08.

Nesta terça-feira (24) o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, considerou despropóritas as propostas de anistiar quem desmatou ilegalmente, de acabar com o fim do estatuto da reserva legal defendido pelos ruralistas e de regionalizar o Código Florestal, a exemplo do que aconteceu em Santa Catarina. Esses pontos de divergências entre ambientalistas e ruralistas, segundo o ministro, não constam na proposta que será anunciada nos próximos dias pelo presidente Lula. Minc adiantou que em breve o presidente anunciará o adiamento do prazo para averbação das APPs e reserva legal, que entra em vigor em 11 de dezembro.

Minc ainda destacou que, desde o pacto com a agricultura feito em junho deste ano com 22 pontos de entendimento, as discussões sobre o tema avançaram muito para chegar a um termo com pontos consensuais que "não afrouxam as proteções das florestas, dos manguezais, encostas e biomas e, ao mesmo tempo, se viabiliza a legalização da sustentabilidade da agricultura brasileira".

Durante a audiência, o ministro destacou que, no grupo de trabalho (GT) designado pelo presidente Lula há três meses para debater esses pontos do pacto com a agricultura familiar - formado pela Casa Civil, ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA) e Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) -, a proposta de somar APP à reserva legal em propriedades de quatro módulos e/ou 150 hectares e simplificar os procedimentos para averbação da reserva legal foram alguns dos pontos de acordo no GT.

Outra questão de consenso foi em relação à legalização das atividades já consolidadas em encostas, como frutíferas e lenhosas, pois, de acordo com Minc, não provocariam quebra do uso de Área de Preservação Permanente (APP) e evitariam as erosões e o assoreamento dos rios. O mesmo valeria para as áreas de várzeas, visando a produção de arroz e outras culturas.

Como resultado dos debates do GT ainda surgiu a criação do programa "Mais Ambiente" de apoio aos agricultores para que eles tenham informação e condições de cumprir a lei e viabilizar ambientalmente suas explorações com apoio tecnológico, financeiro, de procedimentos adequados e de educação ambiental.

Ainda há entendimento em relação à compensação da reserva legal fora da propriedade, do estado, do bioma e da microbacia, por meio de sistema de cotas, e também sobre o passivo ambiental gerado pela criação de unidades de conservação (UC) federais e estaduais, cujos proprietários devem ser indenizados.

#### **PL 5487**

Para consolidação dessa política diferenciada a Fetraf-Sul entende como fundamental a aprovação do PL 5487/2009 que cria a Política nacional de serviços ambientais em tramitação no Congresso nacional e a aprovação da resolução do Conama reconhecendo a agricultura familiar como prestadora de serviço ambiental de interesse social.

A Fetraf-Sul destaca que já houve avanços entre as entidades do campo e o governo federal e acordos já foram cumpridos como a publicação de três Instruções Normativas do envio de mensagem ao Congresso Nacional normatizando a Política Nacional de Serviços Ambientais (PL 5487/2009).

Quanto às Instruções Normativas, a IN nº 3 regulamenta o plantio e a exploração de árvores nativas e exóticas. A IN nº 4, define os procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da reserva legal sob regime de manejo sustentável e a IN nº 5 especifica os procedimentos metodológicos para a restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanente e da Reserva Legal.

Para apoiar e simplificar a regularização da agricultura familiar frente às exigências legais ambientais foi acordada a minuta de Resolução no CONAMA que dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, do empreendedor rural familiar e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social.

#### **MST cobra ação do Palácio do Planalto contra CPI - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 26/11/2009**

Os movimentos sociais de trabalhadores do campo cobraram ontem do governo uma posição mais firme em defesa de novas ações para o processo de reforma agrária. Liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), as 51 entidades representadas no Fórum Nacional da Reforma Agrária reivindicaram uma "ação efetiva" do governo contra a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar repasses de verbas federais a cooperativas ligadas ao MST.

"A CPI é só um mecanismo para paralisar as ações de reforma agrária e tirar do Executivo as ações da reforma agrária", disse o coordenador nacional do MST, José Batista de Oliveira. "É para continuar a grilagem, a apropriação da terra e as práticas do trabalho escravo". Os movimentos saíram otimistas do encontro com os ministros Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e o chefe do gabinete pessoal da Presidência, Gilberto Carvalho. "Ouvimos do governo que permanece o compromisso de seguir as ações e as demandas de todos. É um sinal claro do governo. CPI é ação de quem quer barrar essas ações", disse o coordenador do MST.

O fórum dos movimentos ligados ao campo também cobrou do governo a anunciada revisão dos índices de produtividade agropecuária para fins de reforma agrária. E alertaram os ministros sobre a tentativa do Congresso de retirar do Executivo a prerrogativa de atualizar os parâmetros de produção no campo. "Queremos a atualização dos índices e não há opinião diferente do que foi assumido pelo presidente. É do interesse do governo", disse Oliveira. "Fomos colocar pressão pela manutenção dos compromissos assumidos pelo governo e exigir a continuidade das ações de reforma agrária".

Os movimentos também pediram ao governo um compromisso formal pelo assentamento de pelo menos 90 mil famílias acampadas em várias regiões do país. "O governo tem que acelerar o assentamento. Esse é o único motivo das invasões", afirmou José Batista de Oliveira. O fórum das entidades do segmento também cobraram a liberação de recursos para novos assentamentos. "Se não agilizar isso, não tem como

assentar. O dinheiro não tem chegado. Tem que prever isso no orçamento para essas ações", afirmou.

O MST reivindicou "projeções de assentamentos" para 2010. E acusou os dirigentes do agronegócio de querer sabotar a reforma agrária no Brasil. "Cobramos projeções de ações para 2010. O agronegócio quer retroceder mais, impedir ações do Incra e paralisar tudo", afirmou o coordenador do MST.

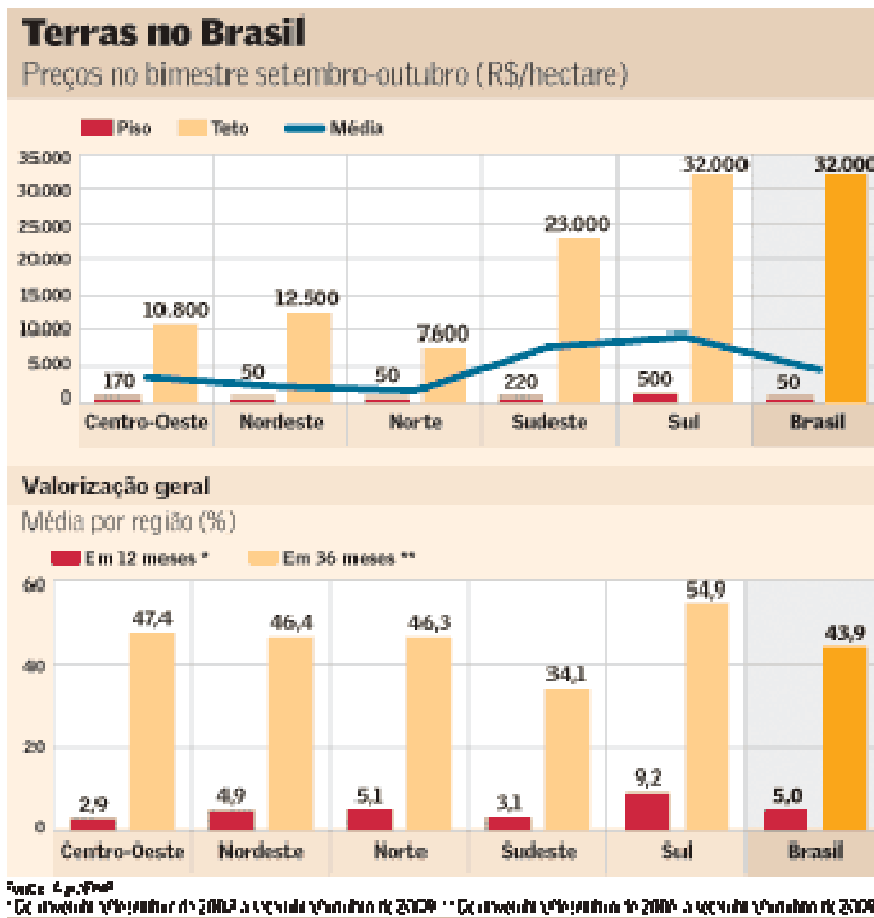
Uma nova reunião do fórum com ministros do governo está agendado para meados de dezembro, em Brasília. "Teremos desdobramentos com Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário". O secretário-executivo do MDA, Daniel Maia, esteve presente ao encontro no Centro Cultural Banco do Brasil, sede provisória da Presidência da República.

Mesmo com seguidas reuniões, o governo tem se afastado de "radicalismos" dos movimentos sociais do campo, representado sobretudo pelas ações do MST. As relações dos dirigentes do MST com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estão estremecidas desde antes da última invasão de terras em uma fazenda da Cutrale, no interior de São Paulo. Lula não recebe dirigentes do MST há mais de dois anos e tem escalado seus ministros para tratar das reivindicações do movimento. As reiteradas críticas à condução da reforma agrária resvalaram em questões pessoais, segundo fontes do governo. Dirigentes do MST têm criticado diretamente a figura do presidente Lula. Por isso, no episódio da criação da CPI do MST, os líderes do governo têm sinalizado uma "neutralidade", mas impediram, até agora, a instalação efetiva da comissão de inquérito. Agora, o MST busca pressionar por uma ação mais efetiva do governo.

### **Investimento estrangeiro ajuda a elevar preços das terras agrícolas - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 26/11/2009**

O preço médio das terras voltou a subir no país no quinto bimestre (setembro-outubro) de 2009 e alcançou R\$ 4.548 por hectare, segundo levantamento da AgraFNP divulgado ontem.

Em relação ao bimestre imediatamente anterior, a elevação do preço médio das terras brasileiras foi de 1,25%; na comparação com o bimestre setembro-outubro de 2008, a alta, nominal, chegou a 5%.



Segundo Jacqueline Dettmann Bierhals, analista da AgraFNP responsável pela pesquisa, o mercado ganhou liquidez e houve mais negócios, bem distribuídos pelo país e concentrados em áreas mais baratas. A logística disponível seguiu como importante diferencial.

O trabalho da consultoria destaca o avanço de investimentos estrangeiros em terras no Brasil. Para exemplificar esses movimentos, transcreve na íntegra as matérias "Fundos de investimentos elevam aportes no campo" e "Estratégicas cada vez mais agressivas para a compra de terras", publicadas pelo Valor no dia 16 de novembro.

Jacqueline divide esses investidores estrangeiros em dois grupos: aqueles interessados nos rendimentos financeiros do aporte, que muitas vezes preferem áreas brutas com potencial de valorização, e aqueles com foco na produção primária em si, que até aceitam pagar um "prêmio" por áreas prontas para a atividade fim.

"O 'prêmio' é pago para garantir potencial produtivo logo no primeiro ano do investimento".

Grande parte dessas áreas prontas, observa ela, está nos Estados de Mato Grosso e Goiás. No Centro-Oeste, a média do hectare ficou em R\$ 3.424 em setembro-outubro, acima das médias do Norte e do Nordeste, mas bem abaixo do Sudeste e do Sul (ver tabela acima).

Apesar do interesse por terras mato-grossenses e goianas prontas para o cultivo, a valorização do preço médio do hectare nos últimos 12 meses foi menor no Centro-Oeste do que nas demais regiões. A alta foi de 2,9%, ante 9,2% no Sul, 5,1% no Norte, 4,9% no Nordeste e 3,1% no Sudeste. Nos últimos 36 meses, o salto do preço médio no Centro-Oeste (47,4%) só perde para o do Sul (54,9%).

Como as perspectivas para a economia brasileira em geral são positivas para 2010, Jacqueline Bierhals acredita que o mercado de terras deverá seguir aquecido, com liquidez e preços em ascensão. "O ano que vem será bem movimentado. É claro que há riscos, mas eles são menores para esse tipo de ativo", afirmou ela.

"Seguramente a maior ameaça à economia brasileira que se pode vislumbrar na atualidade é a hipótese da formação de uma bolha especulativa com ativos brasileiros [ações, imóveis, etc], que logicamente quando do seu estouro poderia trazer problemas sérios para a chamada "economia real", afirma o estudo publicado ontem pela AgraFNP.

"Já para aqueles que pretendem investir em terras no Brasil, a necessidade de se manter uma visão realista do mercado, não se permitindo entrar em movimentos de euforia, é total. O grande risco neste caso é o de se entrar numa onda de excessivo otimismo e se acabar por adquirir terras por preços injustificavelmente altos, diante do temor de se 'perder a oportunidade'. A possibilidade da formação de uma bolha especulativa no mercado de terras é real, porém a probabilidade de acontecer no curto prazo é ínfima", sustenta a análise, assinada por Jacqueline e José Vicente Ferraz, também da AgraFNP.

#### **Justiça ignora Lula e pune desmatadores – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2009**

STJ muda julgamentos e obriga proprietários rurais a recomporem reserva legal,  
enquanto presidente posterga punição

Tribunal avalia que dono deve repor floresta, mesmo tendo comprado a área já  
devastada; ruralista tentará anistia a derrubadas ilegais

Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva adia mais uma vez o prazo para punir produtores rurais que desmataram mais do que o permitido por lei, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) vem mandando recuperar a área entre 20% e 80% de vegetação nativa das propriedades, de acordo com o percentual em vigor na época do registro da reserva legal.

A recente mudança nos julgamentos do STJ acirra os ânimos da bancada ruralista no Congresso, que fará nova investida nesta semana contra o Código Florestal, para anistiar desmatamentos irregulares ocorridos até 2001 ou 2006. O debate diz respeito à principal parcela da redução das emissões de gases de efeito estufa definida pelo governo às vésperas na conferência de Copenhague, que começa na próxima segunda-feira.

A redução do desmatamento responde, sozinha, por um quarto do corte das emissões responsáveis pelo aquecimento global daqui até 2020, prazo que o Brasil se deu para cumprir a meta de corte de carbono. De acordo com o mais recente inventário oficial de emissões, o uso do solo foi responsável por quase 60% dos gases lançados na atmosfera em 2005.

"A anistia aos desmatadores é o primeiro dos três grandes pesadelos da meta", avalia Carlos Minc (Meio Ambiente). O ministro aguarda até o dia 11 uma definição do presidente Lula sobre o prazo do novo adiamento do decreto que pune crimes ambientais, como a falta da chamada "averbação" da reserva legal, termo jurídico para o

registro em cartório da área de vegetação nativa. Pesquisa feita pela **Folha** nas decisões do STJ mostra que, até dez anos atrás, o tribunal não obrigava proprietários rurais a recompor a área de reserva legal. Mas o entendimento mudou, mesmo nos casos de compra de terra já desmatada anteriormente. Em 2007, por exemplo, o STJ mandou uma indústria de açúcar do município de Jaboticabal (SP) recompor a vegetação nativa de 20% da propriedade. A Companhia Açucareira São Geraldo alegou ter comprado as terras nos anos 1980 já desmatada. A ação falava até em ataque ao direito de propriedade. Mas o tribunal decidiu que a obrigação de recompor a vegetação cabe ao proprietário das terras, independentemente de o desmatamento ter ocorrido ou não antes da compra do imóvel. "São raros os produtores que averbam a reserva legal, talvez até por uma questão de ignorância", disse o advogado da empresa proprietária da terra, Johannes Wiegerinck. O ministro relator deste caso no STJ, Herman Benjamin, também é autor de outro voto mais recente, que impediu um proprietário rural de Porto Velho (RO) de se beneficiar do percentual maior de desmatamento na Amazônia, que vigorou até 1996. Nesse ano, após uma explosão da derrubada na região, uma medida provisória baixada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso aumentou de 50% para 80% a reserva legal no bioma. Essa MP foi reeditada várias vezes até 2001 e corresponde à versão em vigor do Código Florestal (a lei original é de 1965). "Tive mais três ações votadas antes, em que foi reconhecido o direito de desmatar 50%, mas o entendimento mudou, essa questão ambiental está mais acirrada hoje", disse a advogada da ação, Chrystiane Muniz. Há dois meses, o tribunal decidiu que vale o percentual em vigor no momento do registro da reserva legal. O ministro Herman Benjamin confirma a mudança nos julgamentos do STJ. "Como o país vai garantir a meta de redução do desmatamento se pune um grêmio estudantil que tira xerox de um livro com uma pena maior do que quem desmata 100 mil hectares de vegetação nativa?", argumenta. Levantamento feito pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) mostra que a Justiça raramente exige a reparação do dano ambiental. Muitas vezes a punição se limita à compra de cestas básicas.

**Proprietários não registram reserva legal** - Marta Salomon - Folha de São Paulo –  
Ciência – 30/11/2009

#### DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Mais de 90% dos proprietários rurais do país não registraram a reserva legal como manda a lei, calcula a presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), Kátia Abreu (DEM-TO). "Não chegam a 10% os produtores que averbaram a reserva", estima a senadora. "O produtor só averba se a reserva existir, e a maioria não tem reserva", continua. O registro tem de ser feito em cartório e não há levantamentos oficiais sobre a quantidade de produtores fora da lei. Decreto baixado pelo presidente Lula previa pagamento de multa diária de R\$ 500 como punição ao produtor que não registrasse a reserva legal e se compromettesse a recuperá-la no prazo de 120 dias. Mas a entrada em vigor do decreto, prevista para 11 de dezembro, deverá ser adiada até 2011.

**Extinção de passivo**

Kátia Abreu apresenta nos próximos dias nova proposta de mudança no Código Florestal, que proíbe novos desmatamentos na Amazônia e na mata atlântica, mas anistia os desmatamentos irregulares ocorridos até 2001 ou 2006. A recuperação de áreas ambientalmente mais vulneráveis, como margens de rios, poderia ser feita com espécies exóticas.

"O código foi um desastre, avançou sobre o direito de propriedade", insiste Kátia Abreu.

"Se 90% dos produtores ficam na condição de bandidos é porque existe algo errado."

A senadora tentou convencer os colegas em não transformar em lei as metas de redução das emissões de gases de efeito estufa, na semana passada. Na avaliação da CNA, as metas complicariam o acesso a créditos externos para financiar o combate ao desmatamento. "O Brasil vai chegar a Copenhague bonitinho, como se não precisasse de roupa nova", disse. A senadora integrará a comitiva oficial à conferência do clima na Dinamarca. (MS)

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**oppa** **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do Desenvolvimento Agrário

